

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
NÚCLEO DE MUSEOLOGIA



Tayara Barreto de Souza Celestino

**Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da
Casa de Cultura João Ribeiro.**

Laranjeiras – SE
Fevereiro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
NÚCLEO DE MUSEOLOGIA

Tayara Barreto de Souza Celestino

**Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da
Casa de Cultura João Ribeiro.**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a MSc. Priscila de Jesus

Laranjeiras – SE
Fevereiro de 2014

Tayara Barreto de Souza Celestino

**Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da
Casa de Cultura João Ribeiro.**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia
da Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a MSc. Priscila de Jesus

Aprovada em ____ de _____ de 2014

Banca Examinadora

Profa. MSc. Priscila Maria de Jesus (NMU – UFS) - Orientadora

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (DHI – UFS)

Prof. Dr. Clóvis Carvalho Britto (NMU – UFS)

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e familiares, por estarem na torcida;

À equipe do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, pela convivência e aprendizado;

Aos professores do curso de Museologia;

À professora Janaína Mello, em seu exemplo de professora e pesquisadora;

À professora Cristina Valença, pela orientação atenciosa durante a iniciação científica;

À professora Verônica Nunes, que acolheu a turma ainda no CAIC/Laranjeiras;

À professora Priscila de Jesus, por aceitar a orientação e acompanhar toda a pesquisa com revisões atentas e indicações de leituras;

À Sayonara Viana, por abrir as portas da Casa de Cultura João Ribeiro, garantindo todas as condições para a realização da pesquisa.

À família:

Telma, Thamirys e Uílder

*Todo objeto antigo é belo
simplesmente porque
sobreviveu e devido a isso
torna-se signo de uma via
anterior.
(Jean Baudrillard)*

Resumo

A monografia “Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro” estudou os objetos do acervo museológico da instituição. Foram considerados seis diplomas, quatro medalhas, cinco quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e um objeto de uso pessoal, tratados como documentos no sentido museológico, enquanto base material e suporte de informação. Foi realizado o tratamento das informações inerentes aos documentos com a utilização da ferramenta da Ficha de Processamento Técnico, adequada à quantidade de informações disponibilizadas pela Casa. O preenchimento das fichas garantiu a sistematização de uma documentação secundária, que considera o documento físico como matriz de todas as informações complementares. Ao considerar o conhecimento produzido acerca da figura de João Ribeiro juntamente com o tratamento documental, a pesquisa permitiu a explicitação dos processos de percepção a que os documentos estão atrelados, além de novas articulações possíveis entre o suporte material e o conteúdo da informação.

Palavras-Chaves: Objeto. Documento. Casa de Cultura João Ribeiro.

Abstract

The monograph “ Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro ” studied objects in the museum collection of the institution . Six diplomas, four medals, five frames of authorship attributed to “ João Ribeiro ” and an object of personal use that were treated as documents in the museum sense, the material basis of information and support were considered. The processing of information relating to documents using the tool Data Processing Technician, the appropriate amount of information provided by the House was held. The filling in the forms secured the systematization of a secondary documentation, which considers the physical document as any additional information matrix. When considering the knowledge produced about the figure of “ João Ribeiro ” along with the documentary treatment, the research allowed the explanation of perceptual processes that the document is linked, in addition to possible new connections between the material support and information content.

Key Words: Object. Document. “ Casa de Cultura João Ribeiro ”.

LISTA DE IMAGENS

PRANCHAS

Prancha 01 – Esquema explicativo do Centro de Cultura João Ribeiro

Prancha 02 – Organograma do Centro de Cultura João Ribeiro

Prancha 03 – Modelo da Ficha de Processamento Técnico

Prancha 04 – Croqui da Casa de Cultura João Ribeiro

QUADROS

Quadro 01 – Lista de documentos do acervo museológico

FIGURAS

Figura 01 – Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro

Figura 02 – Início da Rua Pereira Lobo onde o muro amarelo possibilita o acesso ao terreno da Casa de Cultura João Ribeiro

Figura 03 – Prédio atual da Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR).

Figura 04 – Destaque da exposição após reabertura

Figura 05 – Placa descerrada em 1972

Figura 06 – Placa descerrada em 1989

Figura 07 – Placa descerrada em 2003

Figura 08 – Busto de João Ribeiro

Figura 09 – Destaque da fachada da Casa de Cultura João Ribeiro

Figura 10 – Fotografia de João Ribeiro

Figura 11 – Diploma de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (mar/1911)

Figura 12 - Diploma de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (mai/1911)

Figura 13 – Diploma de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (mai/1914)

Figura 14 – Diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras (fev/1918)

Figura 15 – Diploma de sócio da *Academia Scientiarum Olisiponensis* (Abr/1921)

Figura 16 – Diploma de membro correspondente da *The Hispanic Society of América* (Nov/1929)

Figura 17 – Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro (1860/1960)

Figura 18 – Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro (1860/1960)

Figura 19 – Medalha de participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro (1922)

Figura 20 – Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe (1932)

Figura 21 – Relógio ômega

Figura 22 – Quadro Perfil de Mulher (Óleo sobre tela)

Figura 23 – Recanto da Casa (Óleo sobre madeira)

Figura 24 – Paisagem III (Óleo sobre madeira)

Figura 25 – Paisagem II (Óleo sobre madeira)

Figura 26 – Paisagem I (Óleo sobre tela)

LISTA DE ABREVEATURAS

ABL – ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

BPMJR – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOÃO RIBEIRO

CNM – CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS

DCPH – DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

ICOFOM – *INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY*

ICOM – *INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS*

IHGB – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

IHGS – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

INL – INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

PIIC - PROGRAMA ESPECIAL DE INCLUSÃO EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PNM – POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

PPSH – PLANO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIO HISTÓRICO URBANO

SBM – SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS

UFOD – *UNION FRANÇAISE DES ORGANISMES DE DOCUMENTATION*

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
OS OBJETOS DO MUSEU COMO DOCUMENTOS	15
As valorações de um objeto	16
A transformação do objeto em documento	18
A Ciência da Informação e a noção do conceito de documento	24
Os museus como prestadores de serviços de informação	27
CAPÍTULO II	
A CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO E SEU PATRONO	30
A Casa de Cultura João Ribeiro, seu entorno e funcionamento	31
A Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR)	35
A composição da exposição de longa duração	39
O Patrono João Ribeiro	42
CAPÍTULO III	
O ACERVO MUSEOLÓGICO DA CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO	46
Os diplomas a trajetória de vida de João Ribeiro	52
As medalhas e as homenagens a João Ribeiro	56
O relógio: do objeto de uso pessoal ao documento	58
Os quadros de João Ribeiro e a busca por afirmação social	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	65
APÊNDICE	70

INTRODUÇÃO

A Casa de Cultura João Ribeiro apresenta-se como instituição cultural voltada para a preservação da memória de seu patrono, nascido em Laranjeiras/SE em 24 de junho de 1860, que aos 21 anos de idade, transferiu-se para a capital do Império após desistir do curso de Medicina na Bahia. Em Sergipe, estudou no Colégio Atheneu Sergipense. Entre 1895 e 1897 foi enviado pelo governo para a Alemanha, a fim de estudar o sistema educacional daquele país. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1934. Em sua dissertação de mestrado em Memória Social (2008), Roberto Cândido da Silva referiu-se a João Ribeiro como “O polígrafo interessado” por conta de sua grande produção escrita em livros e jornais. Seus escritos foram posteriormente organizados por Múcio Leão para a Academia Brasileira de Letras, chegando a 59 volumes. A atividade intelectual de João Ribeiro se deu na cidade do Rio de Janeiro, onde foi professor do Colégio Pedro II e jornalista.

A Casa mantém uma exposição de longa duração sobre a vida pública e privada de João Ribeiro, através da qual apresenta e comunica a memória de seu homenageado. A instituição situa-se no centro histórico de Laranjeiras, a Rua João Ribeiro s/nº, Centro, em Laranjeiras/SE, cidade que possui preservados elementos da cultura material e imaterial, artísticos e arquitetônicos.¹ Integrando o cenário, a cidade possui diversos grupos danças, destacando-se a Taieira e a tradicional festa do Lambe Sujo e Caboclinho. São encontradas várias instituições culturais como o Museu Afrobrasileiro de Sergipe, o Museu de Arte Sacra de Laranjeiras, o Terreiro filhos de Obá e a Casa de Cultura João Ribeiro (NUNES: 2007).

O Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) também se localiza no centro histórico da cidade. As atividades desenvolvidas no curso de Museologia da UFS contribuíram para a aproximação com a Casa de Cultura João Ribeiro, que se apresentou como um espaço propício a uma vasta exploração durante as atividades acadêmicas, surgindo o interesse de estudar a instituição.

Entre os anos de 2011 e 2012, com o amparo do Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica (PIIC/POSGRAP/PROEST/UFS), sob a orientação da professora Dra.

¹O conjunto arquitetônico e paisagístico de Laranjeiras/SE é registrado no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inscrição 111 desde 18/06/1996. De acordo com a descrição do arquivo Noronha Santos, “Laranjeiras é considerada a segunda cidade mais antiga do Estado de Sergipe, sendo a sua fundação datada de 1605. Em 1808 a povoação de Laranjeiras contava com cerca de 600 fogos na sede e em suas redondezas, o que representava para a época, um importante núcleo de moagem e beneficiamento da cana-de-açúcar. A cidade foi elevada a condição de freguesia em 1835. O município situa-se a noroeste de Aracaju, distante deste cerca de 19 Km”. Disponível em < <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial>.> acesso em 20 de setembro de 2013.

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso, foi desenvolvido o projeto *Entre lugares e leituras: uma análise da construção da memória de João Ribeiro a partir das interações entre a Casa de Cultura João Ribeiro e produções bibliográficas ligadas ao autor em Sergipe*. Naquele período, foram investigados de forma exploratória diversos aspectos da instituição, desde a biografia e memória do homenageado, os potenciais da instituição, sua exposição e narrativa museológica e os desafios para efetivação de sua comunicação e preservação.²

A pesquisa parte dos princípios da valoração dos objetos não-funcionais, apontados por Jean Baudrillard, para em seguida tratar dos processos que ocorrem no contexto da musealização dos objetos, em que os mesmos passam a ser percebidos como documentos, conforme indicou a museóloga Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro.

A presente monografia pretendeu abordar os objetos da Casa de cultura João Ribeiro como documentos considerando-os como suporte físico e suporte de informação, além de compreender a Casa de Cultura João Ribeiro e seu interesse de preservar e comunicar a memória de João Ribeiro; apresentar os principais trabalhos bibliográficos sobre a vida de João Ribeiro e; tratar os objetos selecionados enquanto documentos portadores de um conteúdo físico e de informação.

Na metodologia, foram consideradas as características físicas dos objetos e seu respectivo suporte de informação. Foi estruturada a ferramenta da Ficha de Processamento Técnico, adequada à quantidade de informação disponibilizada pela Casa em relação aos objetos, além de outras informações obtidas a partir de processos de medição e descrição. O preenchimento das fichas seguiu o modelo definido por Fausto Henrique dos Santos no livro *Metodologia Aplicada em Museus* e garantiu a sistematização de uma documentação secundária, considerando o documento físico como a matriz, cujas informações complementares estão a ele sendo atreladas.

² Dentre os trabalhos publicados durante o programa de iniciação científica, destacam-se os seguintes: *A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro*. In: II Congresso Internacional de Museologia, 2012, Maringá- Paraná. II Congresso Internacional de Museologia. Maringá- Paraná: Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2012. v. II. p. 001-0013; *A Casa de Cultura João Ribeiro como um agente formador de memória*. In: II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq, 2012, Aracaju. II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq. Aracaju, 2012. v. II e o artigo *Memória e Comunicação na Casa de Cultura João Ribeiro*. In: *Revista Museitec*, v. I, p. 6, 2012.

Tendo em vista que não foram observadas fichas catalográficas para a sistematização das informações e melhoria dos processos de documentação museológica no espaço estudado, o modelo proposto apresenta-se como uma contribuição da pesquisa para a melhoria nas rotinas da documentação da Casa de Cultura João Ribeiro, pois a metodologia pode ser replicada à totalidade do acervo. O registro das informações elencadas contribui para o controle e preservação das informações associadas ao objeto, auxiliando nos casos de perdas por roubo, no controle de empréstimos, permutas, transporte e em pesquisas sobre os objetos.

O primeiro capítulo foi dedicado a discussão teórica do conceito de objeto e sua percepção como documento dentro do espaço museu, compondo um dos processos de musealização. Foram consideradas as formas de valorização dos objetos e sua transformação em documento a partir da relação entre os elementos físicos do objeto e a capacidade a ele atribuída de ser percebido como suporte de informação. Destacou-se o diálogo da Museologia com a Ciência da Informação, tendo em vista que os museus devem ser vistos na tarefa de prestador de serviços de informação.

O segundo capítulo situou a Casa de Cultura João Ribeiro no contexto da cidade de Laranjeiras/SE, desde o período de fundação como Centro de Cultura, atuando em várias frentes, de acordo com dez objetivos e congregando duas unidades: um Mini-museu dedicado a preservação e comunicação da memória de João Ribeiro e uma Biblioteca Pública Municipal. Destacou-se as mudanças ocorridas com o tempo, em que a cidade de Laranjeiras deslocou sua biblioteca para um prédio específico, promovendo a ampliação dos espaços dedicados a exposição sobre João Ribeiro. Também foi realizada a revisão de literatura acerca dos trabalhos escritos sobre a vida do homenageado.

O terceiro capítulo apresentou a organização do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro e os resultados do estudo realizado com os diplomas, medalhas, quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e um objeto de uso pessoal. Foram analisados 16 objetos, considerados como documentos no sentido museológico, construindo-se um suporte de informação para cada um deles, que consistiu na confecção e preenchimento de uma Ficha de Processamento Técnico, o que permitiu a explicitação dos processos de percepção a que o documento está atrelado, além de novas articulações possíveis entre o suporte material e o conteúdo da informação.

CAPÍTULO I

OS OBJETOS DO MUSEU COMO DOCUMENTOS

Uma das preocupações da Museologia consiste no estudo dos objetos dos museus. Mensch (1994) destacou que a partir de 1930, a teoria museológica de Z. Bruna tratou os objetos dos museus como fonte de destaque para pesquisa, considerando-os como principal elemento de estudo para a Museologia.³

Com o desenvolvimento da Museologia enquanto Ciência Social Aplicada, a discussão sobre seus objetos de estudo avançou, não se limitando apenas ao estudo dos objetos dos museus. As reflexões conduzidas pelo ICOM (*International Council of Museums*) ampliaram os horizontes da disciplina, cuja teoria está centrada nos níveis de análise do ser humano frente ao patrimônio e aos processos de construção de heranças e identidades:

Cabe salientar que a Museologia [...] vincula suas preocupações em dois níveis, a saber: 1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio. 2º) desenvolver processos técnicos científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção de identidades. (BRUNO: 1996: 1).

De acordo com Bruno (1996), as tentativas de teorizações sobre coleções aconteceram desde o século XVII e XVIII, passando pelo período da Revolução Francesa. A autora considerou ainda que desde a antiguidade os homens costumavam guardar objetos. Ou seja, o homem nunca deixou de lado a preservação de seus vestígios, tarefa que atualmente recebe especial atenção da Museologia. Mais recentemente, o ICOFOM (*International Committee for Museology*) – Comitê Internacional do ICOM – definiu a área a partir de cinco idéias:

1) a Museologia como estudo da finalidade e organização de museus; 2) a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural; 3) a Museologia como o estudo dos objetos de museu; 4) a Museologia como estudo da musealidade e, 5) a Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade. (BRUNO: 1996:14-15).

Considerando a definição do ICOFOM, dentro da instituição museu, a Museologia trata dos objetos nas finalidades de preservação, conservação, organização, comunicação e

³ Ainda de acordo com Mensch (1994), “Há uma conexão inegável entre o conceito de Museologia como estudo dos objetos de museu e o reconhecimento de que a interpretação dos objetos seja a característica central e mais distintiva do trabalho do museu.” (MENSCH: 1994: 8-9).

exibição para novos estudos, para a educação e entretenimento. Para tal, os profissionais de museus produzem documentos como inventários, classificações e registros pessoais do objeto, informando suas características físico-químicas (peso, densidade, textura, sabor, opacidade, dutibilidade, formato, composição); históricas (origem, trajetória, proprietários, procedência no museu); e técnicas (os modos de fazer).

As valorações de um objeto

De maneira geral, os objetos cumprem um papel de destaque na vida das pessoas. “Quando um suburbano aspira à classe média superior, compra antiguidades, símbolo de antiga posição social.” (BAUDRILLARD: 2000: 91). Os seres humanos estabelecem relações com objetos, com projeção imediata na vida social:

Cada vez mais estátuas da virgem ou de santos, quadros, desaparecem dos museus, das igrejas, são comprados no câmbio negro por ricos proprietários de residências novas demais para sua profunda satisfação. (BAUDRILLARD: 2000:92).

De acordo com Baudrillard (2000), esse objeto não tem uma função específica e sim uma virtude: é um signo. Para a “residência nova”, o rico proprietário procura uma “nobreza hereditária”. Assim, “Moveis, objetos, jóias, obras de arte de todos os tempos e de todos os lugares (...) toda uma vegetação mágica de móveis verdadeiros ou de falsos, manuscritos e ícones, invade o mercado.” (BAUDRILLARD: 2000: 92).

Tanto interesse por objetos, belos ou não, verdadeiros ou não, valiosos ou não, encontra suas razões no presente e no passado: “o fetichismo é o mesmo: em caso extremo, todo objeto antigo é belo simplesmente porque sobreviveu e devido a isso torna-se o signo de uma via anterior.” (BAUDRILLARD: 2000: 91). Esse objeto é símbolo de uma posição social no passado e no presente, em que sua “nobreza hereditária compensa a dessuetude precoce do presente” (BAUDRILLARD: 2000: 91). O objeto, tendo “sobrevivido” ao passado, atravessou o tempo, chegando ao presente e, tê-lo, pode significar herdar o signo de um passado “nobre”. Neste caso, o objeto promove uma mediação entre o passado e o presente:

O objeto antigo é sempre, no sentido exato do termo, um “retrato de família”. Existe sobre a forma concreta de um objeto, a imemorialização de um ser precedente – processo que equivale, na ordem imaginária, a uma elisão do tempo. (BAUDRILLARD: 2000: 83-4).

Na ordem imaginária, o objeto elide, isto é, suprime o tempo, deslocando uma “nobreza” do passado para o tempo presente. O objeto antigo é o oposto do vazio do presente, sem hábito, sem costume. Ao mesmo tempo, ele é dotado de uma “ambigüidade indecisa”: “Alguns são mediação do presente, outros mediação do passado e o valor destes é o da carência.” (BAUDRILLARD: 2000: 91).

O objeto antigo, como objeto ambíguo, também é moderno. “Mas tais objetos, ainda que diferentes, fazem parte eles também da modernidade e dela retiram seu duplo sentido.” (BAUDRILLARD: 2000: 81). Embora “vindo” do passado, agora ocupa um espaço no presente. Está no agora, no aqui. E a modernidade exige a existência de objetos antigos. “A funcionalidade dos objetos modernos torna-se historicidade do objeto antigo sem todavia deixar de cumprir uma função sistemática de signo.” (BAUDRILLARD: 2000: 82).

O objeto antigo não é apenas uma ferramenta cumprindo uma funcionalidade como cortar, limpar, cavar, etc. “O objeto antigo não tem exigência de leitura, é ‘lenda’. (...) Ele não é verdadeiro nem falso, é ‘perfeito’ – não é nem interior, nem exterior, é um ‘alibi’” (BAUDRILLARD: 2000: 88). Ao atribuir aos objetos a condição de “lenda”, “perfeito” e “álbi” destacou-se como o mesmo é rico de significação. É um objeto não sistemático e não funcional, podendo assumir várias conotações.

Outra coisa é, verdade seja dita, a exigência de autenticidade, que se traduz por uma obsessão de certeza: a da origem da obra, de sua data, de seu autor, de sua assinatura. O simples fato de que o objeto tenha pertencido a alguém célebre, poderoso, confere-lhe valor. (BAUDRILLARD: 2009: 83-4).

Esse é outro princípio da valoração de um objeto. Uma xícara comum, uma caneta, ou qualquer objeto funcional pode mudar sua condição de objeto comum para receber um valor de acordo com o poder de quem o utilizou.

A transformação do objeto em documento

Loureiro (2013) abordou a transformação dos objetos em documentos como o eixo central da musealização⁴, partindo do princípio de que todos os conceitos são construções, fabricados ou criados, mas que precisam fazer algum sentido. A perda do sentido de um conceito promove a sua substituição por outro, igualmente construído, mantendo um caráter aberto e provisório. Ao produzir ou transformar um objeto em documento promove-se a musealização. Assim, a musealização de um objeto de museu é entendida:

Como processo (ou conjunto de processos) por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento (LOUREIRO: 2013:2).

O objeto pode ser musealizado e transformado em documento, o que promove a ampliação do conceito de documento. A Museologia trata dessa transformação de forma intencional, que envolve seleção e preservação, admitindo a musealização:

Como estratégia de preservação (que deve ser compreendida em sentido amplo: preservação física e preservação das informações, que pressupõe o acesso) e como processo (ou conjunto de processos) de caráter necessariamente seletivo (musealizar implica em selecionar) (LOUREIRO: 2013:6).

Musealizar um objeto pressupõe a busca de sua preservação tanto nos aspectos físicos como em relação às informações a ele associadas. Essa abordagem amplia o conceito de documento, que durante muito tempo esteve apenas associado ao testemunho escrito. Para a museologia, o documento:

É, assim, “uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, construído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural” (DODEBEI *apud* LOUREIRO: 2013: 6)

⁴ Consultando a bibliografia nacional e internacional, Cury (2005) percebeu que o conceito de musealização é recente, mas de ampla utilização. De acordo com a autora, a partir de 1986, o termo passou a ser largamente utilizado por autores como Waldisa Russio, C. Guarnieri, Maria Cristina de Oliveira Bruno, Mário Chagas, Heloisa Barbuy, Tereza Scheiner, Ulpiano Bezerra de Menezes, Andre Desvallés, dentre outros. “... ao termo musealização, por ele se entende a valorização dos objetos. Esta valorização poderá ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos museus ou, ainda, sua valorização *in situ*, como ocorre nos ecomuseus.” (CURY: 2005: 24). Segundo Mário Chagas, “... o processo de musealização, grosso modo, é dispositivo de caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuições de valores socioculturais.” (CHAGAS *apud* CURY: 2005: 25). Para Bruno, musealização é “... o conjunto de procedimentos que viabiliza a comunicação de objetos interpretados (resultado de pesquisa), para olhares interpretantes (o público), no âmbito das instituições museológicas.” (BRUNO *apud* CURY: 2005: 27).

O documento precisa ser considerado com o propósito de preservar algo, seja um objeto de museu, uma história ou uma cultura. Sem o processo de musealização, o objeto não pode ser visto como documento, já que o documento não é apenas um objeto material, mas é, também, um objeto dotado de valores simbólicos, que está sendo preservado e comunicando algo:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zôo (BRIET *apud* LOUREIRO: 2013: 3).

Na presente abordagem, o conceito de documento é considerado no âmbito das Ciências da Informação, não se limitando aos objetos textuais ou registros gráficos. Também não considera como documento um objeto isolado, mas o objeto catalogado ou que esteja compondo o acervo de um museu:

A noção de documento aplica-se a tudo aquilo que for passível “de guarda e preservação, pois é representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza” (SMIT *apud* LOUREIRO: 2013: 3).

Os objetos de museus, representando ações humanas ou da natureza, podem ser musealizados, isto é, considerados em seu aspecto físico e conceitual, pois a proposta é de preservar tanto o elemento material como também as informações que podem estar sendo associadas ao objeto. Loureiro (2013) traduz da seguinte maneira a ideia de Jean Meyriat:

Ao definir documento como “um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável”, ressalta a intervenção de duas noções inseparáveis: “uma de natureza material (objeto que serve de suporte), outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação)” (MEYRIAT *apud* LOUREIRO: 2013: 4).

No museu, o documento possui uma dimensão física e uma dimensão conceitual, ambas que precisam ser preservadas. A existência do objeto é ponto de partida para a transmissão da informação, sendo o suporte de uma mensagem. Não há regras para determinar quando um objeto se transforma em documento, mas é possível inferir as seguintes condições:

- 1) Há materialidade: apenas objetos e sinais físicos; 2) Há intencionalidade: pretende-se que o objeto seja tratado como evidência; 3) Os objetos devem ser processados: eles devem ser transformados em documentos; e 4) Há uma atitude fenomenológica: o objeto é percebido como documento (BUCKLAND *apud* LOUREIRO: 2013: 4).

De acordo com a sequência acima apontada, é na última fase de musealização do objeto que ele passa a ser percebido como documento. Trata-se do mesmo objeto, mas a atitude do ser humano diante dele mudou. Enquanto documento, o objeto assume valores que vão além do caráter material. As características do objeto são consideradas naquilo que elas podem transmitir ou testemunhar, conforme no exemplo abaixo:

Os esqueletos do Museu de História Nacional conservam e fornecem informações sobre a fauna da era quaternária; os trajes camponeses do Museu de Artes e Tradições Populares, sobre os modos de vida e os costumes da França rural do século XVIII, mas também sobre técnicas de tecelagem, sobre o clima de diversas regiões à época (MEYRIAT *apud* LOUREIRO: 2013: 8).

Musealizado, o objeto torna-se um “documento por atribuição”, tendo em vista que não está mais limitado às características físicas. Fazendo-se aos objetos as perguntas certas, pode-se obter e transmitir informações sobre seu lugar de origem, usos, técnicas e modos de viver. A pergunta “O que saberíamos sobre dinossauros se nenhum fóssil de dinossauro fosse encontrado?” ilustra como um objeto pode ser o ponto de partida para uma série de informações.

Na maioria das vezes, é comum que a função de um objeto de museu seja diferente da função original do objeto. Neste caso, refletindo sobre o conceito de “documento por atribuição” de Meyriat, Loureiro (2013) traz o exemplo de uma bicicleta, que tem como função primária servir como meio de transporte, mas que pode não se resumir a isso, a depender da proposta do museu:

Minha bicicleta poderá um dia fornecer para quem interrogá-la informações sobre o lazer da burguesia em meados do século XX, sobre a estatura média dos franceses à época, sobre as técnicas empregadas para a construção mecânica, sobre o estado da rede de estradas ou sobre as repercussões da crise do petróleo (MEYRIAT *apud* LOUREIRO: 2013: 8).

Quanto às maneiras de entendimento dos objetos museológicos, pode-se cometer o erro de querer determinar o objeto, quando o que vale é o princípio da indeterminação. De acordo com Moutinho (1994), para se chegar à indeterminação, a linguagem utilizada pelos museólogos deve ocupar um lugar semelhante à linguagem de uma obra de arte, uma linguagem aberta, que deixe o sujeito interagir com o objeto.

Após o processo de musealização para a transformação do objeto em documento, os objetos recebem novas atribuições de valores e significados. Sobre o *status* do objeto no

museu, Ulpiano Bezerra de Menezes (*apud* Moutinho: 1994) sintetizou quatro maneiras de entender o objeto museológico.⁵ Em todas elas, comete-se erros sempre que se pretende determinar o sentido de um objeto.

No **objeto fetiche**, ocorre a problemática da reificação, deslocando os atributos do objeto do nível das relações entre os homens para apresentá-los enquanto uma condição autônoma. Assim, os objetos deixam de ser percebidos como coisas e passam a ser vistos como se tivesse valor próprio. O problema é que, sentido e valor, são criações sociais, não inerentes ao objeto.

Na construção do **objeto metonímico**, toma-se a parte pelo todo. O objeto passa a representar um todo como se uma cultura respondesse por toda uma sociedade. Trata-se de uma construção ingênua, na qual os museus não podem cair. Pelo **objeto metafórico**, se enaltece a informação da qual o objeto pretende representar. O objeto deixa de ser explorado em seus próprios termos, sendo desvalorizado pelos conceitos, informações escritas ou dados atribuídos ao objeto (como valor financeiro ou composição).

Por fim, com o **objeto no contexto**, os sentidos são atribuídos de acordo com o cenário. Às vezes são ignoradas a história e a trajetória do objeto, sendo este um dos piores vícios alimentados por “bons propósitos”, sem investimento intelectual. Trata-se de um processo de distorção.

“Os objetos não mais escondem uma verdade a ser desvendada. [...] A verdade manifesta-se pela percepção” (LARA FILHO: 2009: 165). Ao musealizar um objeto, uma das preocupações é não querer reduzi-lo, não determiná-lo, pois o mesmo pode assumir variadas interpretações. O museu deve procurar entender a forma como seu objeto pode ser percebido pelos visitantes e o tipo de mensagem que ele pode despertar ou ilustrar.

O museu, nos dias atuais, deve trabalhar com a busca do sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que estabelece na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos e sugerir possibilidades de apropriação e participação efetiva das exposições. (LARA FILHO: 2009: 168).

⁵ As contribuições de Ulpiano Bezerra de Menezes sobre o estudo dos objetos museológicos foram apresentadas no debate “O discurso museológico: um desafio para os museus”, durante o Simpósio “O processo de comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia”, Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de S. Paulo, 1993. As reflexões do teórico foram consideradas no artigo de Moutinho (1994).

Ao considerar a “verdade” como “percepção”, Lara Filho (2009) retomou a reflexão apontada anteriormente de Ulpiano Bezerra de Menezes (1994) sobre os problemas da “reificação” e “fetichização” dos objetos. Ao transformar o objeto em documento, o museu deve estar muito atento ao tipo de mensagem que emite, principalmente considerando-se que “...toda operação com documentos museológicos é de natureza retórica e ideológica.” (LARA FILHO: 2009:163). A fim de fugir dos problemas da “reificação” o autor recomenda a articulação entre o objeto e o conhecimento:

No caso dos museus, ao invés de promover a reificação dos objetos baseando-se em categorias de objetos, os museus têm de observar que operam nas dimensões do tempo e do espaço, com campos do conhecimento, com o simbólico, com os problemas humanos e, enfim, com a articulação entre todos esses elementos. (LARA FILHO: 2009:169).

Por esta razão, Lara Filho (2009) inseriu a discussão sobre a transformação do objeto em documento segundo a ótica da produção do conhecimento. Para este autor, a partir de um objeto, pode-se extrair uma quantidade de informações a ser transmitida de forma didática e agradável. O museu torna-se lugar privilegiado de saber porque seus objetos têm a condição de “objetos fronteiriços”, ou seja, um objeto que esteve em um passado ou em uma cultura anterior, mas que também interage com os visitantes dos dias atuais.

A tarefa de musealizar um objeto, transformando-o em documento também foi entendida por Nascimento (1994) em sua relação com a produção e transmissão do conhecimento. Pretendendo afastar-se do valor meramente estético do objeto, a autora assumiu a postura de que o objeto é fonte de pesquisa, por meio do qual se pode entender melhor uma sociedade e suas relações:

[O objeto museal é] Um meio que através da pesquisa, chega-se ao processo de produção de conhecimento, tendo como vetor a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações: sociais, políticas e econômicas na qual foi produzido, tendo um significado cultural de uso, função e movimento no passado e no presente. Ou seja, cuja historicidade do objeto museal representa um corte sincrônico, onde está presente as relações desiguais, diacrônicas, que se expressam na sua história, seja ele material e imaterial. (NASCIMENTO: 1994: 11)

Para Nascimento (1994) o objeto é vetor de uma produção cultural humana, estando ligado ao conjunto das relações sociais. Assim, todo objeto tem uma historicidade, guardando informações sobre um passado e podendo comunicar no presente. Ao desvendar as relações

envolvendo o objeto com a cultura e a sociedade, o museu contribui com a produção e com a transmissão do conhecimento.

Dimensionando o vasto universo dos objetos produzidos pelos seres humanos, Loureiro (2009) sugeriu que a quantidade de criações humanas pode ser inclusive superior se comparada à quantidade de espécies de seres vivos que habitam a natureza. No decorrer da história, o ser humano pode ter fabricado mais objetos do que a própria natureza produziu seres na sua biodiversidade. Considerando que todos esses objetos são indicadores da vivência humana, concluiu-se que um verdadeiro mundo de informações sobre a experiência da vida humana está para ser desvendado.

Em relação à diversidade biológica comparada à tecnologia humana, Loureiro (2009) acompanhou o pensamento de Basalla na obra *The Evolution of Technology* (1989) ao lembrar que, ao menos desde Darwin, tem havido um grande esforço da ciência no sentido de realizar catalogações taxonômicas. Nem por isso é possível, no momento, precisar o número de espécies que habitam o planeta terra. Nos Estados Unidos, de 1790 até a presente data, a quantidade de patentes de registro de seres vivos seria de cerca de 4,7 milhões, um número três vezes inferior que a diversidade tecnológica:

A variedade de coisas fabricadas é tão espantosa quanto à de coisas vivas. Consideremos o âmbito que se estende de ferramentas de pedra a microchips, de rodas d'água a naves espaciais, de pregos a arranha céus. Em 1867, Karl Marx ficou surpreso ao saber que quinhentos diferentes tipos de martelos foram produzidos em Birmingham, Inglaterra, cada qual adaptado a uma função específica na indústria ou manufatura (BASALLA *apud* LOUREIRO: 2009: 8).

Um arsenal de objetos produzidos pela humanidade está à espera de seleção, sistematização e análise, transformando-se em documentos riquíssimos em informações no sentido museológico. Até o momento, esses objetos são compreendidos apenas nas suas funções de necessidade e utilidade, mas eles guardam características que precisam ser interpretadas. Uma proposta de estudo dessa cultura material está baseada na análise de cinco propriedades básicas de um objeto, sendo eles a história, o material, a construção, o design e a função; e em quatro operações, conforme o esquema de Flemming:

Essas operações são **identificação** (incluindo classificação, autenticação e descrição); **avaliação**, que resulta em um corpo de fatos distintivos sobre o seu artefato, geralmente baseada em comprovações com outros exemplos de seu tipo; **análise cultural**, que examina as várias inter-relações do artefato

em sua cultura contemporânea; e **interpretação**, que sugere o sentido e significado do artefato em relação a aspectos de nossa própria cultura. Cada uma dessas operações implica cada uma das cinco propriedades do artefato, e cada operação sucessiva depende da que a precedeu (FLEMMING *apud* loureiro: 2009: 10).

Loureiro (2009) reconheceu que as duas primeiras tarefas, de identificação e avaliação, precisam de equipes de especialistas, com “olho treinado”. Já a análise cultural deve ser feita a partir de objetos agrupados (os 500 martelos de Birmingham, por exemplo). O esquema de Flemming acabou se tornando muito complexo e dependente de uma equipe de investigação. Mas, ao pensar sobre o esquema, o investigador consegue dimensionar qual o significado de tratar um objeto como um documento, principalmente na fase de interpretação:

Concentra-se na relação entre algum fato aprendido sobre o objeto e algum aspecto-chave de nosso atual sistema de valor, e as relações devem ser suficientemente intensas ou ricas para ter sentido, significado e relevância auto-evidentes. (...) Assim como a análise cultural, um objeto não está sujeito a uma única interpretação correta, mas a muitas. A interpretação variará de acordo com os interesses pessoais, de classe, ideológicos e nacionais... (FLEMMING *apud* LOUREIRO: 2009: 11).

Perceber que os objetos podem receber várias interpretações corretas é muito importante quando se pretende realizar o trabalho de musealização. Mas, para serem corretas, todas as interpretações devem estar “ricas de sentido”, sendo “relevantes” e “auto-evidentes”. Ao expor uma interpretação, o pesquisador está exercendo seu papel ativo, estando presente enquanto sujeito interessado na análise.

A Ciência da Informação e a noção do conceito de documento

O conceito de documento precisa ser compreendido no interior da área da Museologia, destacando-se seus fundamentos e princípios. De acordo com Ortega e Lara (2010), um dos conceitos de documento foi desenvolvido no interior da Ciência de Informação, surgido a partir da noção apresentada por Paul Otlet. No decorrer do século XX, as bases lançadas por Otlet influenciaram o pensamento de franceses, espanhóis e algo-saxões, a exemplo de Buckland, que:

Recorre à noção clássica de documento, citando que Otlet enfatiza a necessidade de definição de documento e documentação que incluía objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar ideias, e obras de artes, assim como textos. (BURCKLAND *apud* ORTEGA E LARA: 2010).

A versão clássica de documento de Otlet não ficou restrita aos textos, mas contemplou objetos naturais, artefatos, obras de arte ou qualquer suporte físico que pudesse representar ideias ou indicar a produção cultural humana. Em Otlet, um documento constitui-se em “um suporte de certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais.” (OTLET *apud* ORTELA E LARA: 2010).

De acordo com Ferrez (1991), a documentação museológica compõe o conjunto das informações relativas aos documentos de uma instituição. Ao mesmo tempo, a documentação museológica possibilita a recuperação das informações de cada documento, dando à instituição um caráter sistemático de organização.⁶ Ainda em 1935, a UFOD (*Union Française des Organismes de Documentation*) definiu documentação ao referir-se a:

Toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Propõe, em seguida, outra definição que julga mais atual e abstrata: o documento é todo signo indicial (*ou índice*) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual. (BRIET *apud* ORTEGA E LARA: 2010).

O entendimento de Otlet e da UFOD é de que o documento deve ser considerado em duplo aspecto, o físico e o intelectual, sendo um elemento concreto, mas também simbólico. Este princípio acompanhou o pensamento de diversos autores, segundo Ortega e Lara (2010), influenciados pelas ideias de Otlet.⁷ Em todos eles, a noção de documento compreende uma condição física e outra intelectual/simbólica:

Desde sua discípula direta [de Otlet] – Suzanne Briet –, até os franceses e espanhóis discípulos da versão clássica da noção de documento, os traços iniciais se mantêm mas são acrescidos de elementos que se relacionam ao signo e à comunicação da informação, assim como à própria palavra informação e derivadas. Para estes pesquisadores, documento seria objeto simultaneamente de natureza material e conceitual, potencialmente informativo, pois apresenta capacidade de conservação, transporte, reprodução e comunicação do signo (ORTEGA E LARA: 2010).

⁶ De acordo com Ferrez (1991): “A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.”(FERREZ: 1991)

⁷ Dentre os autores citados por Ortega e Lara (2010) estão os franceses Escarpit (1976), Meyriat (1981), Briet (1951); os espanhóis Lasso de la Veja (1947), Lopes Yepes (1995), Fernandez e Arroyo (1983), Redón Rojas (2005); e os anglo-saxões Burckland (1991), Frohmann (2004) e Fondin (2005).

Segundo o pensamento de Briet, o documento teve o acréscimo de elementos simbólicos, ligados ao propósito de promover a informação e a comunicação. No aspecto material, o documento precisa ser cuidado, preservado. No aspecto simbólico, o documento é suporte para a reprodução de um signo. Com o documento, a Ciência da Informação depositava sua capacidade comunicativa. A fim de alcançar a comunicação da informação, Briet percebeu a necessidade de produzir novos documentos relacionados a um mesmo suporte físico (um mesmo objeto). Com isso, passou a utilizar a expressão “produção documentária”:

[...] para indicar a produção de documentos secundários pelas organizações de documentação a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e apenas conservados pelas organizações de documentação). Considera como documentos secundários as traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfilmes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação. (ORTEGA E LARA: 2010).

A diferenciação entre documento inicial e documento secundário demonstra que, para o documento comunicar algo, a ele são acrescentadas novas informações, valendo-se de outros suportes, como, por exemplo, um catálogo (documento secundário) para auxiliar na sistematização e localização de objetos; fotografias ou réplicas, para reprodução de um documento inicial (como o exemplar original de uma pintura); enciclopédias, para realizar a síntese de uma série de objetos e assim por diante. Pode-se estar perante a um conjunto de documentos secundários, objetivando otimizar o acesso e a comunicação de um documento inicial.

Na construção da informação institucional, os documentos criados pela Ciência da Informação assemelham-se à ideia dos ‘*documentos secundários*’, conforme sugere Briet, e à ação intencional do profissional quando dispõe o documento inicial em um contexto que não estava antes, dando-lhe personalidade, como reforça Rendón Rojas. A atividade documentária desenvolve-se, nesse sentido, a partir da intenção de construir registros que possam ser informativos, considerando não apenas as características extrínsecas do documento original (*do autor*), como sua possibilidade de recepção (*vínculos de adesão*). (ORTEGA E LARA: 2010).

Dinamizando cada vez mais a transmissão de conteúdos, a Ciência da Informação pensou de forma sistêmica o conjunto dos documentos secundários ligados ao documento inicial nos termos de uma “atividade documentária”. Todos os documentos produzidos não podem perder de vista a sua relação com o documento inicial e o propósito da recepção, que

deve ocorrer satisfatoriamente, com a mensagem ligada ao documento inicial chegando com êxito aos sentidos dos destinatários.

Os museus como prestadores de serviços de informação

Após a segunda metade do século XX, os museus do Brasil deixaram de ser considerados meros guardiões de coleções, passando a atuar diretamente com o patrimônio cultural. Foi um grande processo de transformação e amadurecimento. Com as mudanças observadas, “o objeto de estudo da museologia foi construído, desconstruído, reconstruído, inúmeras vezes: a categoria museu foi ressignificada e a diversidade topológica dos museus foi ampliada de uma maneira sem precedentes.” (CADERNO: 2006: 12)

Atualmente, é indispensável aos museus o domínio dos processos de construção de documentos, iniciais e secundários, para garantir uma boa comunicação com seu público alvo. Gradativamente, as reflexões no interior da Ciência da Informação alcançam a área da Museologia, apesar da realidade constatada por Ceravolo e Tálamo (2007) na afirmação de que “... os museus não se viam como prestadores de serviços de informação e, possivelmente – ainda que existam exceções –, a maioria dos museus ainda não se atribui essa função.” (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007: 5). Ao mesmo tempo, o tratamento de documentos em museus é um processo lento e antigo.⁸

O desenvolvimento da documentação em museus foi um processo lento que passou por fases de acerto e erro, envolvendo, inclusive, uma certa tensão no seu exercício já que, dependendo da natureza das coleções que um museu abriga, são os curadores ou especialistas que a exercem. (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:2).

Após a década de 1980, várias instituições museais colocaram em suas pautas de discussão o uso de técnicas informatizadas. Nesta fase, produziu-se um otimismo de que a informática poderia resolver os problemas da documentação em museus, “... gerando catálogos com os mais diversos objetivos, desde a organização de dados até a recuperação de

⁸ Apensar de antiga, a atividade de documentação de museus foi “...considerada a ‘parente pobre’ dentre as atividade de museu, antes da década de 1950 era realizada sem regras, guiada por visões singulares e do bom senso. No passado observam-se indicações sobre cursos voltados para o preparo de conservadores ou auxiliares de conservadores, caso da Escola do Louvre em Paris, iniciado em 1882, que ministrava aula sobre história da arte, organização de exposições, conservação e restauro visando prioritariamente, naquela época, às obras arquitetônicas, artísticas e monumentos. No entanto, os índices de presença de curso sobre documentação não são encontrados” (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007: 2).

informações, melhorando, de alguma forma, o acesso a informação.” (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:4).

A partir desse período, com as atenções voltadas para a documentação, duas tendências passaram a ser observadas nos museus: a **perspectiva tecnicista** norte-americana, preocupada em registrar e armazenar. E a **perspectiva reflexiva** européia, mais interpretativa, que encara o museu como um lugar cultural e científico:

Para a concepção tecnicista, a função primordial da documentação é responder as organizações mantenedoras; os procedimentos documentários são técnicos e visam a elaboração e preenchimento de registros (*registration*), o armazenamento e a recuperação da informação. (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:5).

A perspectiva tecnicista atende ao objetivo do controle, guardando informações sobre peso, espessura, registro de doação, compra, empréstimo, documentos oficiais de auditoria, avaliações, seguros, vistorias, local de armazenamento, tipo de exposição. Os documentos produzidos de acordo com a tendência tecnicista contribuem para a organização do museu. Parte dos dados sistematizados pode chegar ao acesso dos visitantes, dependendo da política de informação ao público definida pelo museu. No geral, as informações dessa natureza se destinam prioritariamente ao usuário interno da instituição. Quanto à perspectiva reflexiva:

...o objeto de museu é fonte primordial de pesquisas, e a documentação, uma atividade importante devendo ser polivalente, múltipla e extensa, já que esses objetos são plurissígnos, adequando-se às múltiplas formas de exposição. Para cumprir tais objetivos, o ponto de inflexão deveria recair sobre os instrumentos de classificação servindo simultaneamente à pesquisa, à organização das coleções e à gestão administrativa. (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:6).

A tendência européia estabelece o mesmo nível de importância dos documentos, tanto para atender a organização e gestão, como também para a pesquisa. O trabalho de documentação assume uma função polivalente, precisando satisfazer o público interno e externo. Parte do princípio de que os objetos podem receber significados plurais e compor variados tipos de exposições.

A forma em que o museu decide como vai gerir a documentação interfere na percepção das mensagens e na condução de pesquisas. Os trabalhos de investigação dependem de como está a “matriz da informação”, ou seja, da existência prévia de informações e de como elas estão organizadas no aspecto físico e de conteúdo. Ao mesmo

tempo, ao analisar um objeto, o pesquisador também acaba fazendo uma análise da “matriz da informação” disponibilizada pelo museu:

Sendo assim, a análise de um objeto/suporte é simultaneamente uma análise dessa matriz de informação. Por exemplo: numa estatueta de um determinado grupo étnico (ou outra qualquer) o material, os traços escultóricos, os adereços ou outros elementos iconográficos vão nos fornecendo elementos para captar sua função, seu contexto sociocultural, vínculos com ritos, e assim por diante. (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:7).

O significado atribuído a um objeto também considera os aspectos físicos e os traços materiais. “Logo, o significado do objeto/documento está na correlação de dados que vão da materialidade do objeto às intenções socioculturais.” (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:7). Quanto mais dados físicos (como material de composição, datação ou traços da tecnologia empregada) estiverem disponíveis, maior é a capacidade de abstrair informações do objeto. No caso dos museus, a interação entre os dados e o material é intensa, de maneira que “...nem sempre é possível, nesse contexto, estabelecer uma distinção entre suporte e conteúdo, já que o próprio suporte se constitui, por vezes, em parte do conteúdo.” (CERAVOLO E TÁLAMO: 2007:7).

CAPÍTULO II

A CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO E SEU PATRONO

Pretende-se apresentar a Casa de Cultura João Ribeiro partindo do princípio de que as sociedades tendem a preservar⁹ seu patrimônio cultural e a transmiti-lo como forma de perpetuar coisas e valores. Dessa forma, a noção de patrimônio¹⁰ avança do seu sentido meramente econômico para compor tudo aquilo que deve ser protegido, procurando tornar o ser humano um agente de preservação.

Tendo em vista que a instituição contempla os seguintes aspectos: atuando como um espaço de exposição, visitação, comunicação, pesquisa, lazer, estudo e informação, conclui-se que a Casa de Cultura João Ribeiro exerce funções museais, pois está contemplando as características definidas pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) que define museu como:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição (ICOM, 2001).

A instituição integra a rede de museus, composta por lugares de memória, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, redes sociais, galerias e memoriais, com registro junto ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM). O sistema possui a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos

⁹ De acordo com Castro, “preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise a conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da Legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, caracterizam-se como ações de fomento ou têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica” (CASTRO: 1991: 5).

¹⁰ Françoise Choay (2001) informou sobre a origem do termo patrimônio: “Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço” (CHOAY: 2001: 11). Segundo a autora, o conceito seguiu “uma trajetória diferente e retumbante” passando a ganhar diferentes significados com o tempo. Sobre o conceito, Chagas (2007) também refletiu sobre suas variações semânticas: “No século XX, observou Choay (2011, p. 13) ‘as portas do domínio patrimonial’ foram forçadas. Um número cada vez maior de pessoas (organizadas em grupos ou individualmente) passou a interessar-se pelo campo do patrimônio, não apenas em sua vertente jurídico-burocrática vinculada ao chamado direito administrativo, mas, sobretudo, por sua dimensão sociocultural” (CHAGAS: 2007).

museus, acervos e processos museológicos brasileiros. O SBM está articulado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).¹¹

A Casa de Cultura João Ribeiro, seu entorno e funcionamento

A Casa de Cultura João Ribeiro compõe parte do cenário urbano de interesse patrimonial da cidade de Laranjeiras, sendo uma área protegida de acordo com os critérios do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH) que partilha entre as três esferas do executivo a gestão do patrimônio. O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras comporta uma população estimada de 2.500 habitantes e cerca de 500 domicílios, no contexto de uma cidade de pequeno porte (com até 50.000 habitantes). O sítio histórico urbano foi tombado por lei estadual, onde a cidade foi elevada à categoria de Cidade Monumento pelo Decreto Governamental nº 2.048, de 12 de março de 1971.¹²

De acordo com a professora e bibliotecária Maria Sônia Santos Carvalho, que ocupou a direção da Casa de Cultura João Ribeiro durante o período da publicação do catálogo organizado por Nunes (1999), a Casa congregava duas unidades: um Museu e uma Biblioteca Pública (Prancha 01). Foi criada pelo Estado de Sergipe através do Decreto n. 2.726, de 27 de novembro de 1973 e inaugurada como instituição cultural em 09 de agosto de 1974, passando a funcionar como um Centro de Cultura, com a finalidade de difundir e preservar a cultura de Laranjeiras. Em sua contribuição para o catálogo, Carvalho (1999) informou sobre a origem do imóvel:

O imóvel, situado na rua João Ribeiro (antiga rua Cangaleixo), foi propriedade dos pais de João Ribeiro e passou a pertencer ao governo do Estado de Sergipe, conforme certidão do registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras, livro 3-C, folha sessenta e dois (62), sob o nº 329. (CARVALHO: 1999: 20).

¹¹ O IBRAM é o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM). A cidade de Laranjeiras/Se conta com três instituições com registro no Cadastro Nacional de Museus (CNM): a Casa de Cultura João Ribeiro, o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe e o Museu de Arte Sacra de Laranjeiras, conforme informações disponíveis no endereço <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listarPorMunicipio?coMunicipio=1785>> acesso em 02 de janeiro de 2014.

¹² Ainda de acordo com a descrição do caderno técnico do programa Monumenta, “A Área Tombada compreende quase toda a área urbana da Cidade, que foi formada em um ponto de união de dois vales, sendo delimitada pelo Rio Cotinguiba. O desenvolvimento se dá em um eixo paralelo ao Rio, mas a partir de um espaço maior, formado por uma volta em um trecho do mesmo. O arruamento é irregular, típico das cidades coloniais brasileiras”. (BRASIL: 2005: 393).

Prancha 01 – Esquema Explicativo do Centro de Cultura João Ribeiro

Casa de Cultura de João Ribeiro (Local)

Centro de Cultura João Ribeiro

*Mini-museu dedicado
à memória de
João Ribeiro
(objetivo “a”)*

*Biblioteca Pública
Municipal
(Objetivo “b”)*

Cumprir os objetivos de “c” a “j”.

Finalidade: difundir e preservar a cultura de Laranjeiras.

Fonte: Estatuto do Centro de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 1974.

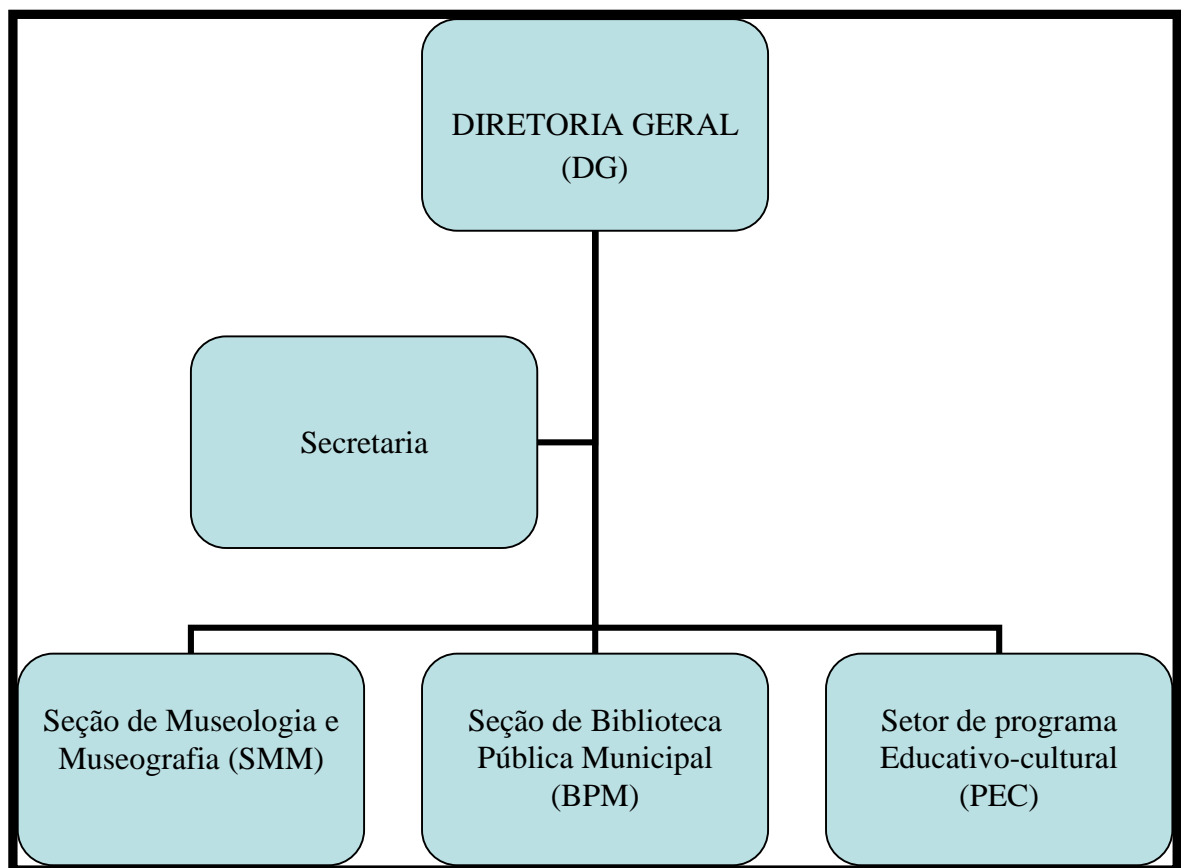
De acordo com Lima e Carvalho (1998), até antes de agosto de 1974, o Centro de Cultura João Ribeiro contava apenas com o acervo cultural do homenageado. Após essa data, formou-se o acervo da biblioteca, composto por 100 livros doados pelo Instituto Nacional do Livro (INL), graças à solicitação da filha Emma Luiza Ribeiro Accioly. Com isso, o município de Laranjeiras passou a ter novamente uma Biblioteca Pública Municipal, já que a biblioteca Moreira Guimarães, situada no sobrado Antônio de Freitas Brandão não estava em funcionamento.

O Decreto estadual n. 2784, de 05 de abril de 1974 homologou o Estatuto do Centro de Cultura João Ribeiro para a atuação em várias frentes, a partir de dez objetivos: a) manter um Mini-museu de peças e obras de João Ribeiro; b) manter a Biblioteca Pública Municipal; c) prestar apoio às iniciativas culturais de Laranjeiras; d) prover intercâmbio com entidades ligadas à cultura; e) firmar através do DCPH, convênios com instituições similares; f) cooperar com as Instituições Culturais que existem ou venham existir em Laranjeiras; g) promover meios para a manutenção e desenvolvimento da cultura local; h) promover atividades culturais no meio estudantil; i) promover cursos e seminários e; j) comemorar anualmente a data de nascimento de João Ribeiro.¹³

Já o Regimento Interno do Centro de Cultura João Ribeiro, datado de 1988, estabeleceu uma estrutura administrativa com quatro seções: uma Diretoria Geral (DG), contemplando uma secretaria; a Seção de Museologia e Museografia (SMM); a seção de Biblioteca Pública Municipal (BPM) e; o setor de programa Educativo-cultural (PEC). Lendo-se o Estatuto e o Regimento, percebe-se que a proposta de funcionamento do Centro de Cultura no espaço da atual Casa de Cultura João Ribeiro pretendeu atender não apenas a demanda ligada à memória de João Ribeiro ao manter um Mini-museu, mas cumprir o objetivo geral de difundir e preservar a cultura da cidade de Laranjeiras (Prancha 02).

¹³ A sigla DCPH corresponde ao então Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico vinculado ao Governo de Sergipe. Um exemplar *fac-símile* do decreto de homologação do **Estatuto** e do **Regimento** do Centro de Cultura João Ribeiro está disponível para consulta no local.

Prancha 02 – Organograma do Centro de Cultura João Ribeiro



Fonte: Regimento do Centro de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 1988.

A Casa de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR)

Vinte anos após a fundação do Centro de Cultura João Ribeiro, Lima e Carvalho (1998), informaram que o acervo da Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR) estava composto por obras de literatura, livros didáticos, periódicos e livros de referência, totalizando 8.336 volumes, chegando a ocupar mais da metade do espaço físico de Centro:

Funcionando desde 1974 no Centro de Cultura João Ribeiro, a Biblioteca Pública ocupa mais da metade do espaço físico do Centro. Dos 175 m² de área construída do Centro, a Biblioteca ocupa 104 m², restando 48 m² para o museu e 23 m² para recepção e área de serviços (copa/cozinha e banheiros). (LIMA e CARVALHO: 1998: 29).

Diante das questões ligadas ao espaço, os autores fizeram uma proposta de ampliação do Centro de Cultura, com a construção de um anexo comportando 91 m², com entrada independente, no terreno localizado atrás da atual Casa de Cultura João Ribeiro, local em que o homenageado passou parte de sua infância:

Um anexo moderno que acomode usuários/ouvintes em palestras, seminários, reuniões e que seja ocupado pelos usuários de rotina, para os trabalhos em grupo, liberando a sala de leitura hoje existente para leituras individuais. Este anexo seria uma construção de dois pavimentos, sendo o pavimento térreo destinado exclusivamente para exposições (LIMA e CARVALHO: 1998: 30).

O anexo a que os autores se referem está localizado ao fundo da atual Casa de Cultura João Ribeiro, possibilitando o acesso a instituição pela Rua Pereira Lobo (Figura 02). Diante das questões de espaço, neste momento a Casa não comporta o acervo da biblioteca, que foi transferido para um prédio específico, situado a Rua José do Prado Franco (Figura 03), conforme segunda proposta dos autores: “Na impossibilidade da ampliação física no Centro de Cultura João Ribeiro, a proposta é para que a Biblioteca seja transferida para um imóvel próprio com espaço suficiente para a acomodação dos serviços atuais e futuros.” (LIMA e CARVALHO: 1998: 30).

A transferência do acervo da biblioteca permitiu a utilização de um maior espaço dedicado à exposição de longa duração com a temática de João Ribeiro, conforme se observa em fotografias mantidas pela instituição, atribuída ao período posterior ao ano de 2004, quando o espaço foi reaberto ao público (Figura 04). Segundo noticiado à época, “O espaço recebeu um investimento de cerca de R\$ 25,1 mil, para obras de troca de assoalhos -

totalmente comprometidos pela ação de cupins - pintura em geral e mão de obra.”
(INFONET: 2004)

Figura 01 – Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro



Fonte: Google Maps. Laranjeiras. 2012.

Figura 02 – Início da Rua Pereira Lobo onde o muro amarelo possibilita o acesso ao terreno da Casa



Fonte: Google Maps. Laranjeiras. 2012.

Figura 03 – Prédio atual da Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR)



Fonte: Google Maps. Laranjeiras. 2012.

Figura 04 – Destaque da exposição após reabertura



Fonte: Acervo da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2004.

Três placas oficiais guardam um pouco da história do lugar, indicando as mudanças de nomenclatura com o passar do tempo. A primeira, (Figura 05) faz referência à “Recuperação da Casa de João Ribeiro”, concluída em 1972, onde funcionaria o Centro de Cultura, conforme estatuto aprovado dois anos depois. No segundo momento, (Figura 06), é lembrada a “Reforma e ampliação do Centro de Cultura João Ribeiro”, datado de 1989, um ano após a aprovação de seu regimento interno. Finalmente, consta, conforme placa descerrada em 2003, (Figura 07) a informação sobre a “Recuperação da Casa de Cultura João Ribeiro”, nomenclatura que permanece nos dias atuais.

Figura 05 – Placa descerrada em 1972



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2014.

Figura 06 – Placa descerrada em 1989**Figura 07** – Placa descerrada em 2003

Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2014.

A composição da exposição de longa duração¹⁴

A Casa de Cultura João Ribeiro funciona como um agente institucional de destaque na construção, preservação e comunicação da memória de João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes.¹⁵ O material exposto foi doado pela filha de João Ribeiro, Emma Luzia Ribeiro Accioly e pela neta Maria Marta de Silva, composto por coleções de artes visuais, história, documentos pessoais, diplomas, fotografias de seus familiares e pinturas que retratam sua figura e personalidade. As imagens estão associadas à vida privada e pública do homenageado. Expõem-se obras literárias, pinturas de João Ribeiro, além de medalhas de condecoração, diplomas, fotos de seus familiares, manuscritos e documentos pessoais.¹⁶

¹⁴ De acordo com o caderno de diretrizes museológicas (2008:14), “Nota-se que hoje em dia as exposições são de “longa duração”, de “média duração” ou de “curta duração”. Exposição é “Uma mostra de trabalhos de arte, ciência ou história em recinto apropriado. Pode ser permanente (coleções de museus), temporária (por tempo determinado), itinerante (em várias localidades), retrospectiva, comemorativa”.

¹⁵ O artigo *A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro* traz maiores informações sobre a exposição de longa duração. In: II Congresso Internacional de Museologia, 2012, Maringá- Paraná. II Congresso Internacional de Museologia. Maringá- Paraná: Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2012. v. II. p. 001-0013.

¹⁶ Das coleções que compõem o acervo da instituição, foram catalogados com o trabalho de Nunes (1999): os “Documentos Escritos (composta de textos manuscritos e datilografados: são cartas, cartões, anotações); Documentos Impressos (artigos de jornais e revistas); Documentos mistos (diplomas); Iconografia (fotografias em preto e branco); além de outros documentos que proporcionam a abertura de títulos para novas coleções:

Parte do acervo da instituição está associada à vida privada e pública do homenageado. No local, encontra-se um busto (Figura 08) e algumas réplicas de móveis como uma escrivaninha, representando o local de trabalho de João Ribeiro, além de uma estante onde estão guardados livros de sua autoria e documentos pessoais. De acordo com Nunes, “fazem parte do acervo museológico as coleções de Artes Plásticas, Documentos Impressos e Escritos, Iconografia, Condecorações e Medalhas, Maquinaria e Tecnologia” (NUNES: 1999: 21).

Figura 08 – Busto de João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2014.

A exposição, entendida como forma de comunicação e fonte de memória, é um dos recursos ou práticas que os museus utilizam para garantir e gerenciar seus valores. As instituições museais sustentam-se num discurso narrativo e, nesse sentido, não vivem sem exposição. No entanto, podem utilizar outros mecanismos/recursos para a comunicação. De qualquer modo, variadas linguagens podem ser utilizadas em uma exposição, com a finalidade de informar ou instigar o visitante. De acordo com Scheiner (2001):

música impressa e materiais cartográficos. Foram catalogados 196 documentos distribuídos nas coleções citadas.” (NUNES: 1999: 17).

É por meio das exposições que o museu representa, analisa, compara, simula, constrói discursos específicos cujo principal objetivo é narrar, para a sociedade, as coisas do mundo e as coisas do homem. Dessa forma, podemos entender cada exposição como uma representação do mundo de um determinado museu, num determinado momento (SCHEINER, 2001).

Em sua exposição, a Casa de Cultura João Ribeiro utiliza textos introdutórios e comunicativos, valendo-se mais de imagens que do próprio texto. As imagens projetadas são obtidas através da exibição de quadros, retratos e manuscritos. Por intermédio delas, pretende-se apresentar João Ribeiro como um grande intelectual da época, participante da sociedade carioca, um homem das letras convivendo com intelectuais da literatura brasileira. A partir das imagens, construiu-se um discurso narrativo de uma memória.

Conhecida como lugar de divulgação e fruição da memória de seu patrono no território sergipano, a exposição possui características próprias. A instituição quer fazer com que o visitante conheça quem foi João Ribeiro e sua trajetória nacional e internacional. A fachada da Casa quer evidenciar que se trata do lugar onde ele nasceu e residiu durante a sua infância (Figura 5). Documentos pessoais e manuscritos são expostos, dando ênfase à personalidade do homenageado.

Figura 09 – Destaque da fachada da Casa de Cultura João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2011.

O Patrono João Ribeiro

De acordo com Ribeiro (1958), João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, conhecido como João Ribeiro (Figura 10) nasceu na cidade de Laranjeiras em 24 de junho de 1860, na então província de Sergipe, filho de Manoel Joaquim Fernandes e Dona Guilhermina Ribeiro Fernandes. Órfão de pai, foi educado pela avó, que o enviou para Aracaju onde fez seus estudos de humanidades no colégio Ateneu Sergipense em 1880.

Joaquim Ribeiro (filho de João Ribeiro) em *9 Mil Dias com João Ribeiro*, abordou as peculiaridades do genitor, apresentando-o como “o pintor”, “o homem que falava diferente”, “o colecionador de borboletas”, “o campeão da distração”. O filho registrou que se tratava de um “livro de alegria e bom humor, a única herança paterna que se infiltrou em meu espírito”. (RIBEIRO: 1934: 7).

O *Dicionário Bio-bibliográfico* de Armindo Guaraná (1925) ofereceu informações sobre João Ribeiro, relacionando-o com muitas obras e artigos produzidos. Assinalou que foi o primeiro sergipano eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de Luiz Guimarães Júnior (1918). Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de colaborador de outras instituições. Também foi membro da Academia de Ciências de Lisboa.

Figura 10 – Fotografia de João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2014.

Arivaldo Fontes (1999) citou Humberto de Campos, um de seus colegas da Academia Brasileira de Letras, que cognominou João Ribeiro de “São João, o sábio” e “o meu santo de 24 de junho é ‘São João Ribeiro, o gramático’”. Por ocasião da morte de João Ribeiro, lamentou: “Caiu o jequitibá do Sertão” (FONTES: 1999:121). O nome de João Ribeiro é também referenciado por contemporâneos, como José Lins do Rego, que escreveu:

O que ele sabe e o que ele lê não esconde dos amigos. Há nele o bom erudito, um bom professor sem ares didáticas. Um professor de quem se gosta mais das conversas do que das aulas, de quem se goza mais as histórias que as notas de aplicação. (JORNAL DE ALAGOAS *Apud* COSTA: 1998: 150).

Acrísio Torres de Araújo em *História da Literatura Sergipana* citou o parecer de Manoel Bandeira, em que João Ribeiro “foi uma das figuras mais completas de homem de letras que já tivemos no país” (FONTES: 1999:121). Laudelino Freire, outro sergipano, declarou: “A João Ribeiro devo ter podido vencer as primeiras dificuldades da minha vida, com seus conselhos e principalmente seu saber” (MARQUES: 1993: 37). Múcio Leão, biógrafo e admirador, organizou 59 volumes de ensaios críticos de João Ribeiro que foram parcialmente publicados pela Academia Brasileira de Letras, e assim se expressou:

Pela universalidade de sua cultura, o esplendor de seu espírito e pelas suas opiniões, deve ser colocado no mais alto cimo da crítica, um marco literário, ao lado da grande tríade crítica: Silvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior (LEÃO *apud* MARQUES: 1993: 49).

De acordo com Núbia Marques (1993), parte da obra de João Ribeiro está distribuída em jornais e em arquivos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além do acervo localizado em Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras. Em *João Ribeiro Sempre*, informou que “o mestre João Ribeiro foi uma inteligência figurante que buscou, permanentemente o aperfeiçoamento: um cultural e teve na erudição o maior traço do seu caráter. [...] um homem ligado ao conhecimento em seus múltiplos aspectos” (MARQUES:1993:35).

Marques (1993) também informou que José Veríssimo destacou João Ribeiro enquanto um homem que ultrapassou o nível de seus conterrâneos. Enquanto os folcloristas apenas coletavam e divulgavam a cultura popular, ele utilizou métodos e técnicas para pesquisar o folclore. De acordo com Costa (1998):

O crítico erudito sabia das coisas do povo, daí a sua paixão pelo folclore, escrevendo obra pioneira já em 1919, sub intitulada *Estudos de literatura popular*, fazendo preleções sobre tal tema na Biblioteca Nacional (COSTA: 1998: 23).

João Ribeiro foi representante do governo do Brasil em diversos eventos no exterior, como o Congresso de Propriedade Literária de Dresden (1895), na Alemanha; Congresso de Catálogos das Ciências na Royal Society de Londres (1896) e no conflito anglo-brasileiro da Guiana Inglesa, em 1901, a convite de Joaquim Nabuco. (NUNES: 1999: 28).

No Rio de Janeiro, trabalhou como jornalista, colaborando em jornais como *Gazeta da Tarde*, *Correio do Povo*, *Cidade do Rio*, jornal *País*, dentre outros, apoiando em seus escritos a campanha republicana (RIBEIRO: 1958:18). Foi homenageado na imprensa do Rio de Janeiro por ocasião de seu falecimento, ocorrido em 13 de abril de 1934:

Toda a nação que lê e que pensa sabe que perde nesse homem um mestre, um puro mestre. Ele era poeta, prosador e filólogo, folclorista, esteta e crítico, romancista, humorista, polígrafo, humanista. Mais que isso, porém, era sábio. E como sábio, jornalista e professor (JORNAL DO COMÉRCIO *apud* SANTOS: 2009).

Freitas (2007) ao analisar a escrita da história de João Ribeiro, apontou a influência da tradição evolucionista alemã. Destacou como o conhecimento histórico é tratado com seriedade por parte do laranjeirense, sendo entendido como a verdadeira “ciência das causas, das generalizações” e indicou que ideias evolucionistas são constantes na obra:

...a teoria esboçada por João Ribeiro é plena de Filosofia da História, ainda que não centrada nos estágios teológico, metafísico e positivo. Ela fundamenta cientificamente os porquês do atraso da América frente à cultura da Europa. Ela justifica sem ressentimento as reduzidas possibilidades de o povo latino americano vir a contribuir com o ‘caudal’ da história humana – e, conseqüentemente, de entrar para a historiografia em termos de arte, ciência e política. Isso tudo, graças a Darwin (FREITAS:2007:127).

Posteriormente, Freitas (2008) considerou João Ribeiro como um dos mestres da língua brasileira, apontando que sua *História do Brasil* (1900) privilegiou o acontecimento para caracterizar a origem e a formação da identidade brasileira, simplificando o vocabulário para facilitar o entendimento. A obra, destinada a crianças dos 11 aos 19 anos, é considerada uma inovação na didática, porque inaugurou novos métodos expositivos, que por muito tempo vigorou como padrão. Para João Ribeiro, a História não poderia “ser a narrativa de sucessos casuais desordenados e incompatíveis com uma coordenação metódica e científica” (FREITAS: 2008: 79).

Assim como em Freitas (2007; 2008), a relação entre João Ribeiro e a historiografia recebeu a atenção de Sá (2013), que o considerou como “[...] um dos principais intelectuais do final o século XIX e início do século XX nas áreas de história e letras no Brasil.” (SÁ:2013: 22). Apesar do interesse central em refletir sobre a historiografia, não deixou de perceber o alcance do conjunto de sua obra, passando pela poesia, folclore, literatura, história, gramática, filologia, etc. e considerou os traços estabelecidos Múcio Leão, visto como o principal biógrafo:

Em tudo ele andou como um homem (...) que jamais dizia a última palavra sobre um assunto, um homem que estivesse a estudar de novo cada coisa de que tratasse, para dizer sobre ela uma palavra nova (LEÃO *apud* SÁ: 2013:22).

Em recente contribuição para o estudo de João Ribeiro, Rodrigues (2013) considerou a atuação de Múcio Leão e de Joaquim Ribeiro enquanto os principais agenciadores da construção da imagem do intelectual, destacando os pontos enaltecidos e os esquecidos em sua biografia. Analisando o material recolhido por Múcio Leão, Rodrigues deu atenção às diversas fases da trajetória de vida de João Ribeiro: a condição familiar em Sergipe; o esforço para se fixar no Rio de Janeiro; os primeiros trabalhos e a conquista do emprego como professor no Colégio Pedro II; as correspondências com os amigos, em que solicitava auxílio para seus projetos pessoais; os dramas decorrentes da perda de filhos; as apostas como pintor e escritor; os planos de mudar-se para a Europa. Em sua abordagem, Rodrigues indicou que os trabalhos anteriores promoveram a fabricação da figura de João Ribeiro, principalmente em função dos escritos do filho Joaquim e do amigo Múcio Leão:

Nos doze capítulos do pequeno livro [9 mil dias com João Ribeiro] é evidente o esforço do autor em fabricar um personagem com perfil que se aproximasse da imagem que tinha do iluminista francês Voltaire, em suma, um sujeito versado em diversas disciplinas, focado no trabalho, mas altamente generoso, brincalhão e avesso aos rigores e formalidades, o que o fazia notório entre os colegas (RODRIGUES: 2013:383).

Ao falar sobre João Ribeiro, Rodrigues (2013) informou que Joaquim Ribeiro e Múcio Leão trataram de “limpar as dores” e de “aparar as arestas do cotidiano”, construindo um personagem de trajetória grandiosa. Mas o esforço de fabricação deixou pistas, como cartas e não ditos, analisados com atenção pelo professor de história da História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III

O ACERVO MUSEOLÓGICO DA CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO

O livro de tombo da Casa de Cultura João Ribeiro conta com o registro de 518 documentos, compondo um acervo diversificado. De acordo com Nunes (1999: 17-21), o acervo museológico está distribuído em cinco coleções: 1) Artes Plásticas; 2) Documentos Impressos e Escritos, 3) Iconografia; 4) Condecorações e Medalhas; 5) Maquinaria e Tecnologia. Além do acervo museológico, o livro de tombo mantém o registro do acervo bibliográfico, que foi destinado ao uso pela comunidade. No catálogo organizado por Nunes, foram consideradas 196 documentos pertencentes às coleções 2 e 3.

A maior parte dos registros do acervo museológico diz respeito a livros (total de 223 registros), destacando-se 32 volumes de autoria de João Ribeiro e 14 volumes de Joaquim Ribeiro. A Coleção de Artes Plásticas conta com 62 objetos inscritos, destacando-se os quadros de autoria atribuída a João Ribeiro (5) e as obras de artistas como Clóvis Graciano (10), Alfredo Volpi (3) Cícero Dias (10) Elias Santos (9) e Bené Santana (2).¹⁷

Apesar da ênfase da exposição ser comunicar a memória do homenageado, percebe-se que o conjunto do acervo não diz respeito em exclusivo a essa finalidade. Por conta do recorte temático da pesquisa, foram considerados apenas os documentos ligados a sua trajetória de vida, relacionados no Quadro 01:

¹⁷ Cf. Livro de tombo da instituição com último registro de objeto em 02 de janeiro de 2006.

Quadro 01 – Lista de documentos do acervo museológico

OBJETO	COLEÇÃO	LOCAL	TOTAL
Diplomas	Documentos Impressos e Escritos (2)	4 em exposição de longa duração e 2 em reserva técnica	6
Medalhas	Condecorações e Medalhas (4)	Em exposição de longa duração	4
Quadros	Artes Plásticas (1)	Em exposição de longa duração	5
Objeto de uso pessoal	Maquinaria e Tecnologia (5)	Em exposição de longa duração	1
Total:			16

Fonte: Livro de Tombo. Laranjeiras. 1974.

Apenas 02 documentos estudados encontram-se na reserva técnica. Optou-se por considerá-los para análise a fim de que não se dispensasse nenhum diploma salvaguardado pela Casa. Assim, os 16 documentos selecionados são representativos, pois dizem respeito: a) a todos os diplomas conferidos a João Ribeiro (Coleção 2); b) a todas as medalhas de condecoração (Coleção 4); c) a todos os quadros atribuídos a sua autoria (Coleção 1) e; d) ao objeto pessoal exposto (Coleção 5), mantendo-se a classificação adotada pela museóloga Verônica Nunes (1999).

A abordagem da pesquisa prevê a percepção de que todos os objetos, ao adentrarem o espaço museal, passam a se concebidos como documentos. Na análise, considera-se não apenas as características físicas¹⁸, mas também seu respectivo suporte de informação. Esse tratamento foi possível com a utilização da ferramenta da Ficha de Processamento Técnico, adequada à quantidade de informação disponibilizada pela Casa em relação aos objetos, além de outras informações obtidas a partir de processos de medição e descrição. O preenchimento das fichas garantiu a sistematização de uma documentação secundária, considerando o documento físico como a matriz, cujas informações complementares estão a ele sendo atreladas.

Tendo realizado vários cursos sobre procedimentos de sistematização de acervos em universidades do Rio de Janeiro e acumulado vasta experiência como funcionário da Fundação Biblioteca Nacional e no Mosteiro São Bento, as rotinas de Fausto Rodrigues dos

¹⁸ As Fichas de Processamento Técnico preenchidas estão disponíveis nos anexos.

Santos foram reunidas no livro *Metodologia Aplicada Em Museus* (2000: 51-83), em que diversos procedimentos técnicos de organização do acervo museológico estão descritos. O procedimento de registro foi realizado utilizando a ferramenta da Ficha de Processamento Técnico, originalmente composta por 24 campos. Com a adaptação da ficha a realidade da Casa de Cultura João Ribeiro, foram considerados 18 campos para o preenchimento das informações, descritas abaixo:

1. Número: registrar a numeração adotada para o processamento técnico do acervo de forma bipartida, sendo construída primeiramente pelos dois últimos algarismos do ano em que o objeto foi classificado, seguido pelo número de registro do objeto no livro de tombo da instituição.

2. Imagem: colocar fotografia do objeto.

3. Nome: registrar a designação do objeto quanto a sua forma, independente de sua função ou utilização, excetuando-se objetos nos quais prevalece o processo artístico como as pinturas, pois a técnica prevalece sobre a forma.

4. Título: registrar o título original da obra dado pelo autor. Ao se considerar que uma obra pode ter um título dado por terceiros, é necessário acrescentar a informação da **fonte** de onde a informação foi obtida, como inscrições, etiquetas do objeto, catálogo de exposições, livros, documentos ou qualquer outro que traga a informação.

5. Assunto: registrar o tema de que trata o objeto ou o fato a que ele se refere ou representa.

6. Autor: registrar o nome completo do artista. Caso o artista seja conhecido por pseudônimo, registrar em seguida entre parênteses.

7. Data/local: registrar o dia, mês e ano. Registro da cidade e nome do país. Quando o objeto não é datado, mas há algum documento que possibilite aproximar a época, faz-se necessário acrescentar o item **observações**, onde se menciona a informação da fonte. O mesmo para as informações do local. As datas aproximadas são registradas entre colchetes.

8. Material/técnica/suporte: identificar o principal material do qual o objeto é feito ou citar aqueles mais evidentes, na ordem que predominam. Em seguida as técnicas empregadas e o suporte em que o objeto se encontra. Quando, em condições habituais, não é possível

identificar o material e a técnica utilizados na confecção do objeto, registra-se a classificação genérica.

9. Dimensões: registrar as medidas em centímetros, acompanhadas da abreviatura “cm”, considerando a primeira informação para a altura e a segunda para a largura. No caso das medalhas, registrar o diâmetro. Optou-se pelo registro da dimensão do objeto em seu suporte (emoldurado).

10. Procedência: registrar o nome de particulares ou de instituições a que o objeto pertenceu. Quando não há informações sobre a procedência da obra, deixar o espaço em branco, para investigação e futuro preenchimento, acrescido dos dados a respeito da **fonte** de onde obteve a informação. Quando o objeto teve vários possuidores, identificar na ordem cronológica, sendo o último nome o do proprietário mais recente.

11. Moldura/base/estojo: identificar sucintamente o tipo de moldura, base ou estojo que acompanha o objeto. Informar o material de que é feito a moldura e, se pintada, as cores, entalhes ou frisos. Informar se tem vidro. Registrar mesmo que o objeto esteja sobre uma base ou estojo que pode ser eliminado e separado do objeto.

12. Aquisição: registrar a forma como o objeto chegou ao museu, podendo ser por transferência, doação, compra, permuta, coleta, legado ou outros.

13. Documentos existentes: relatar os documentos que acompanharam a entrada do objeto na instituição ou relatar o documento que é a **fonte** onde consta a origem do objeto.

14. Estado de conservação: utilizar a seguinte classificação: a) Bom: quando se encontra em estado satisfatório não necessitando de nenhum tratamento especial na fase do processamento técnico; b) Regular: quando apresenta pequenas falhas no estado de conservação, necessitando de algum tratamento superficial de conservação ou restauração; c) Ruim: quando apresenta sérios danos em seu estado de conservação, necessitando de maiores cuidados de restauração.

15. Restauração: registrar o número da ficha da restauração, caso objeto tenha sido restaurado.

16. Descrição: especificar as características do objeto através de um pequeno texto descritivo, de acordo com as seguintes especificações: a) ordem dos elementos descritos: forma, linhas e contornos, cores, textura, linhas; b) convenções para a terminologia das cores: branco, preto, cinza, dourado, azul, amarelo, ocre (do areia ou creme até o café-com-leite), terra ou marrom (do café-com-leite escuro até o marrom escuro); laranja, vermelho, verde, violeta (roxo escuro), lilás (roxo claro). A ordem da entrada das cores é dada de acordo com a predominância na obra. Usar a terminação das cores no plural, sendo o caso. Para amparar as descrições, também consultar os roteiros de descrição de objetos presente no Caderno De Diretrizes Museológicas 01 (2006: 60-1).

17. Exposições: informar sobre exposições em que esteja participando ou participou, respeitando a seqüência pela ordem cronológica. Informar quando esteve na reserva técnica.

18. Data da fotografia: registrar o dia, mês e ano da fotografia do campo 2.

19. Responsável: registrar o responsável pelo preenchimento da Ficha de Processamento Técnico do objeto.

Prancha 03 – Modelo da Ficha de Processamento Técnico

1. Número:		2. Imagem:	
3. Nome:			
4. Título:			
5. Assunto:		6. Autor:	
		7. Data/Local:	
8. Material/Técnica/Suporte:		9. Dimensões (Altura x Largura):	
10. Procedência:		11. Moldura/Base/Estojo:	
12. Aquisição:		13. Documentos Existentes:	
14. Estado de Conservação:		Bom () Regular () Ruim ()	
15. Restauração:			
16. Descrição:			
17. Exposições:			
18. Data da fotografia:		19. Responsável:	

Fonte: SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

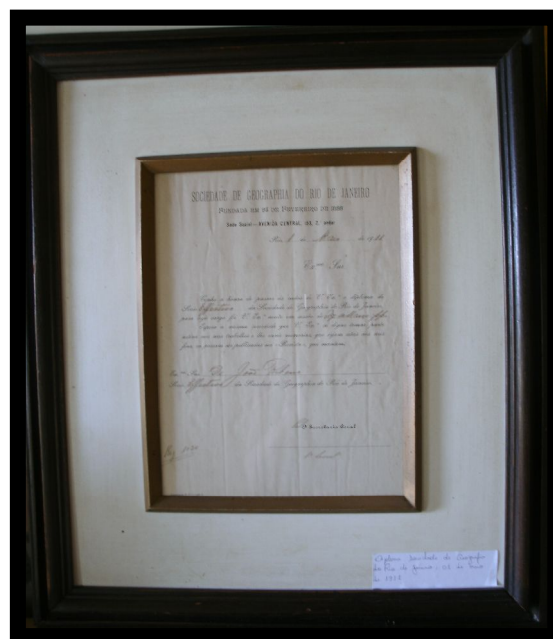
Os diplomas a trajetória de vida de João Ribeiro

Na ordem simbólica, os diplomas atravessam o tempo e continuam presentes, mesmo na ausência de João Ribeiro. Mantém viva a memória do intelectual, traço constante de sua personalidade, conforme foi descrita primeiramente pelos admiradores Joaquim Ribeiro e Múcio Leão. Os documentos são a chancela de sua atuação, reproduzida por todos que deram atenção a sua experiência de vida. Os primeiros da série datam do ano de 1911, ambos emitidos pela *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*:

Figura 11 – Diploma de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (mar/1911)



Figura 12 - Diploma de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (maio/1911)



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras: 2013.

Expostos na sala de exposição de longa duração 01 (Prancha 4), são os mais antigos (1911) pertencentes à Casa. Anteriormente à fase desses diplomas, João Ribeiro havia realizado duas viagens à Europa (1895 e 1901). Após conhecer Berlin (primeira viagem), estava resolvido em fixar residência no velho mundo (RODRIGUES: 2013: 389-91). Vários foram os pedidos endereçados sem sucesso ao embaixador Joaquim Nabuco para o financiamento de seu propósito de mudança. Pouco tempo depois, “conforme as notas biográficas de Múcio Leão (1954), em 1913, vendeu a casa que possuía em Santa Tereza, no

Rio de Janeiro, se desfaz do seu maior patrimônio – sua biblioteca – e segue para a Europa.” (RODRIGUES: 2013: 391). Seria sua última viagem, pois a primeira guerra mundial (1914) o obrigaria a retornar para o Rio de Janeiro.

Prancha 04 – Croqui da Casa de Cultura João Ribeiro



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2014.

Os diplomas podem ser contextualizados não apenas em relação à personalidade do seu dono, mas também em função de suas datas, pois eles estão situados no início do século XX, quando havia um grande interesse de João Ribeiro em ir para a Europa. É impossível não considerar o ano de 1914, que marca o registro do diploma de sócio efetivo do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Figura 13), sendo também o ano do início da primeira grande guerra, quando, com o patrimônio desfeito pelo conflito, João Ribeiro teve que voltar para o Rio de Janeiro. De volta à capital, em 15 de fevereiro de 1918, há o diploma como membro efetivo da *Academia Brasileira de Letras* (Figura 14):

Figura 13 – Diploma de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (maio/1914)



Figura 14 – Diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras (fev/1918)



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2013.

Apesar de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), João Ribeiro deixou de ser, no ano de 1926, membro do congênere sergipano. As revisões de Marques (1996: 57) e Ribeiro (1934: 60) contam sobre sua “injusta” saída do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), fato que se deu por conta da negativa do laranjeirense ao reconhecimento do dia 24 de outubro como data da emancipação política de Sergipe. Em sua defesa, Marques (1996), lembrou que a historiadora Thétis Nunes comprovou posteriormente sobre a ausência de documentos históricos que marcassem o dia 24 de outubro como alusivo à emancipação. Além de querer dizer sobre a atuação de João

Ribeiro no IHGB, reforçando mais um traço do intelectual, o diploma inevitavelmente traz à lembrança as incompreensões que marcaram a sua desfiliação junto ao IHGS.

O diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras (Figura 14) é datado de 1918, apesar de os textos biográficos de Marques (1996) e Rodrigues (2013) apresentarem o ano de 1898 como de seu ingresso a ABL. A diferença entre as datas é de exatos 20 anos. Fiel ao diploma, apenas o biógrafo Armindo Guaraná (1925) mantém a data de 1918, e a afirmação de que se trata do primeiro sergipano a fazer parte da academia. O diploma está exposto na sala de exposição de longa duração 01 (Prancha 4). Completando a série de diplomas, constam, da década de 1920, os referentes a sócio da *Academia Scientiarum Olisiponensis* (Figura 15) e de membro correspondente da *The Hispanic Society of América* (Figura 16):

Figura 15 – Diploma de sócio da Academia Scientiarum Olisiponensis (Abr/1921)

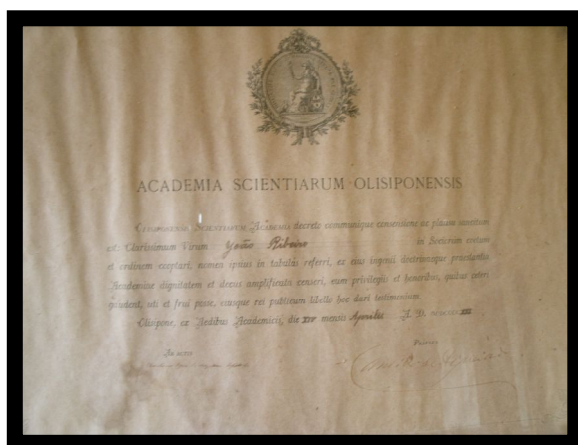


Figura 16 – Diploma de membro correspondente da The Hispanic Society of América (Nov/1929)



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2013.

Observando os dois últimos diplomas, chama a atenção o fato de João Ribeiro ter promovido intercâmbio com sociedades sediadas nas cidades de Corvallis e New York, nos Estados Unidos, do decorrer da década de 1920, quando, após um período de aquecimento do consumo, a sociedade americana teve que enfrentar sua primeira grande crise econômica em 1929. Com 69 anos, não há informações sobre se ele nutria algum interesse em instalar-se em algum outro país fora da Europa, como os Estados Unidos.

Apresentados os seis diplomas mantidos no acervo da Casa de Cultura João Ribeiro, considera-se que esses documentos, no sentido museológico, podem ser percebidos enquanto suportes da informação que reitera a personalidade de um intelectual, seguindo o perfil estabelecido nos trabalhos biográficos de Joaquim Ribeiro e Múcio Leão. Ao mesmo tempo, as datas dos documentos podem chamar a atenção para a trajetória de João Ribeiro na fase de sua experiência de vida na Europa (final de século XIX e início do século XX) e seu projeto de mudança de domicílio, não efetivado por conta da primeira grande guerra. É de se imaginar a decepção sentida ao ter que voltar para o Brasil, tendo em vista os esforços até então empreendidos no projeto de moradia em terras estrangeiras, conforme as notas biográficas de Rodrigues (2013).

As medalhas e as homenagens a João Ribeiro

Expostas em vitrina na sala de exposição de longa duração 1 (Prancha 4), no mesmo ambiente em que encontram-se os diplomas, as medalhas mantêm a atmosfera de homenagem. Duas delas foram concebidas num mesmo contexto, de comemoração ao centenário de nascimento de João Ribeiro (1960) e são atribuições *pós-mortem*. Elas procuram estabelecer um consenso sobre a memória de João Ribeiro, mantendo vivas as marcas de seu passado.

Figura 17 – Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro (1860/1960)



Figura 18 – Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro (1860/1960)



A medalha da Figura 17 testemunha a atuação de Múcio Leão que, conforme argumentação de Rodrigues (2013), juntamente com Joaquim Ribeiro traçou o perfil do intelectual, com ênfase em sua fase de reconhecimento. Integra o esforço realizado em reunir as publicações de João Ribeiro que, de acordo com Silva (2008), chegaram a 59 volumes.

Para além do bronze de sua natureza material, as medalhas guardam o signo da veneração. Cunhadas após sua experiência de vida, cumprem uma função de salvaguarda da memória, assim como o busto situado no hall de acesso a Casa. Documentos construídos, guardam a intencionalidade de afirmar a monumentalidade da figura de João Ribeiro. Idêntica intenção é transferida às duas outras medalhas expostas (Figuras 19 e 20), que o condecorou em vida.

Figura 19 – Medalha de participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro (1922)



Figura 20 – Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe (1932)



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2013.

Tendo chegado ao presente, as medalhas perpetuam a posição social conquistada em vida, dando prosseguimento aos efeitos de homenagem e reconhecimento de sua intelectualidade, repetindo a primeira informação enunciada através dos diplomas. Não é por

acaso que diplomas e medalhas ocupam a primeira sala de exposição de longa duração. As medalhas das figuras 19 e figura 20 são vetores sociais. Querem informar sobre o perfil do intelectual, a reflexão, o pensamento, a literatura e a produção do saber.

O relógio: do objeto de uso pessoal ao documento

Ninguém vai a um museu observar um relógio exposto apenas para saber as horas. No museu, o relógio não é mais um objeto funcional, com a utilidade de contar o tempo. Sua relação com as pessoas modifica-se, assumindo novas funções a assimilando um novo conteúdo simbólico. Quando se trata de um objeto pessoal musealizado e transformado em documento no museu, ocorre um deslocamento do campo pessoal para o público, que precisa ser estudado.

Em vitrina de madeira e base de ferro, a Casa de Cultura João Ribeiro expõe, em sala de exposição de longa duração 01 um relógio ômega (Figura 21) em bom estado de conservação. De acordo com livro de tombo, o item foi doado pela família, tendo pertencido a João Ribeiro. O registro informou ser fabricado em ouro.

Figura 21 – Relógio ômega



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2013.

Musealizado, o relógio deixou de marcar as horas, passando a cumprir a função de aproximação do visitante com o principal personagem da Casa. Do ponto de vista físico, não

houve mudanças no objeto que, com alguns reparos, poderia até mesmo voltar a contar as horas. No museu, a mudança ocorreu no campo da percepção.

Um documento pessoal ganhou o espaço público, contribuindo para fazer lembrar-se de alguém, mantendo a memória através de uma peça que foi de uso pessoal e que agora assumiu a função de documento. Para além dos atributos físicos, o objeto ganhou novas valorações, associados aos conhecimentos produzidos no museu em seu sistema documental. Ao invés de contar as horas, passou a registrar a presença de seu antigo dono, graças ao poder que lhe é conferido por conta de sua trajetória, quando foi propriedade particular de alguém tido como um grande intelectual.

Os quadros de João Ribeiro e a busca por afirmação social

A pintura foi lembrada por Joaquim Ribeiro como uma das paixões de seu pai. Apesar de conterrâneo do renomado pintor Horácio Hora, foi somente na Alemanha que fez curso de pintura, ministrado pelo professor Wildeburd Winck. Em Milão, freqüentou a sala de Bartezzago (SILVA: 2008: 31). Todavia, a análise de Silva (2008:28) classificou a atividade de pintura de João Ribeiro como algo que não ultrapassou o diletantismo. De qualquer maneira, o livro de tombo da Casa de Cultura João Ribeiro reservou seus primeiros cinco registros a cinco telas, cuja autoria está atribuída ao laranjeirense.

Figura 22 – Quadro Perfil de Mulher (Óleo sobre tela)



Figura 23 – Recanto da Casa (Óleo sobre madeira)



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2013

Os trabalhos de arte estão expostos na sala de exposição de longa duração 2 enquanto exemplares de sua criação artística. Não há informações sobre o ano dos trabalhos. As telas da Figura 22 e Figura 26 foram produzidas pela técnica óleo sobre tela. A tela da Figura 21 é a única que não representa paisagens, mas apenas o perfil de uma mulher, que não foi identificada. Abaixo, na Figura 24, Figura 25 e Figura 26, estão as réplicas das demais paisagens concebidas por João Ribeiro:

Figura 24 – Paisagem III (Óleo sobre madeira)



Figura 25 – Paisagem II (Óleo sobre madeira)



Figura 26 – Paisagem I (Óleo sobre tela)



Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Foto de Tayara Celestino. Laranjeiras. 2013.

Apenas com um “olhar treinado” para a pintura seria possível realizar a análise desses cinco documentos, o que não cabe ao presente trabalho monográfico. Todavia, numa primeira abordagem, os quadros parecem seguir a tendência do impressionismo, que surgiu no século XIX com o trabalho do francês Edouard Manet (1832 – 1883), com pinturas que procuram captar a luz natural, a gradação das cores em função das luzes e a retratação da natureza.¹⁹

As pinturas das figuras 23, 24, 25 e 26 privilegiam paisagens naturais e o cotidiano, a exemplo da Figura 26, onde uma mulher branca de cabelo curto e vestimenta azul alimenta aves. As construções retratadas lembram igrejas (Figura 24 e 25). Nas paisagens, predominam as cores verdes e terra, com a retratação da vegetação e relevo natural, com alguma gradação de cores. O céu apresenta traços de nuvens brancas com pequenas gradações, pretendendo captar o ambiente externo e a luz natural. Nas figuras 24 e 26, são apresentados lagos ou paisagens ribeirinhas. Apesar de radicado na cidade do Rio de Janeiro, suas formas enalteceram o ambiente natural.

O quadro Perfil de Mulher (Figura 22) é o que mais se diferencia dos demais trabalhos expostos, pois não aborda paisagens. Com fundo preto e composição nas cores preta, terra, branca e vermelha, traz em primeiro plano, o perfil de uma mulher não identificada, maquiada nas cores vermelha (boca) e preta (olho), e cabelos com franja encaracolada e rabo de cavalo liso e pele com textura branca. A mulher utiliza vestimenta superior que permite a exibição dos ombros e a parte superior das costas.

Independente do juízo de valor atribuído à habilidade e ao talento do pintor, é importante destacar que a existência dos quadros e sua “sobrevivência” ao passado, já é algo muito relevante, principalmente quando a produção pictórica é pensada juntamente com o esforço de afirmação social. De acordo com Rodrigues (2013:390), o ano de 1900 foi palco para realização de dois trabalhos decisivos à carreira de João Ribeiro. Após as aulas de pintura tomadas na Alemanha, resolveu produzir telas para a montagem de uma exposição de

¹⁹ Uma apresentação do impressionismo é realizada no quarto capítulo da dissertação de mestrado em Letras (2009) de Maria Lúcia Claro Cristóvão, em que a autora destacou a influência da pintura impressionista na literatura francesa. Contextualizando o surgimento do impressionismo, considerou o advento da fotografia e sua função substituta da arte pictórica, obrigando os artistas a buscar novas formas de representar a realidade, o que ocorreu com a retratação de temas mais comuns das cidades, das paisagens e do cotidiano. Outra característica da tendência impressionista é a abundância de cores, indicando a influência das estampas japonesas na pintura européia. Diferenciando-se do realismo e da fotografia, os quadros impressionistas produzem uma sensação de imagem inacabada, distanciando-se dos pintores realistas quanto aos temas e às formas.

quadros. No mesmo ano, publicou uma série de livros que o consagraria como historiador. O primeiro trabalho recebeu duras críticas, enquanto o segundo foi acolhido com entusiasmo.

Com o sucesso dos livros, João Ribeiro gradativamente conquistou seu lugar junto à intelectualidade carioca e brasileira, consolidando o perfil erudito e a posição posteriormente caracterizada como de um “polígrafo interessado” ²⁰. Diante das críticas à pintura, concentrou-se nas publicações, vocação enfim descoberta.

Aos vinte anos de idade, pretendeu fazer-se médico, depois engenheiro e acabou bacharel em direito. Segundo Lúcio Leão, “Simultaneamente com essas tentativas de encontrar uma vocação e uma carreira, ia-se entregando a outras atividades, mais de acordo com o seu espírito: continuava a estudar arquitetura, pintura e música, os vários ramos da literatura, e, sobretudo filologia”. (RODRIGUES: 2013: 392).

As pinturas atribuídas a João Ribeiro conseguem evocar o período que antecedeu a consolidação do seu nome nas áreas das letras e história, fase menos explorada pelo biógrafo Múcio Leão e pelo filho Joaquim. As pinturas surgem no período marcado por instabilidades, começando pela indecisão vocacional, mas também por dificuldades financeiras, afinal não foi fácil para um sergipano de família sem grandes posses sair de sua cidade para fixar residência no Rio de Janeiro, então capital do Império. Estudar esses momentos “esquecidos” por Joaquim e Múcio Leão significa compreender as experiências de uma geração inteira:

Fixar-se nessa fase é iluminar um dos momentos de maior dificuldade na vida de João Ribeiro e de tantos outros que, como ele, foram tentar a vida na capital do Império. Sua trajetória parece ilustrativa das experiências compartilhadas por uma geração de intelectuais, tais como Sílvio Romero, Gustavo Barroso e Capistrano de Abreu que, vindos do norte, traziam como maior fortuna a inteligência, pequena experiência como jornalista e poeta na cidade natal e o sonho de fazer-se notado pelo conhecimento adquirido. (RODRIGUES: 2013: 392).

Juntamente com a descrição romanceada do filho Joaquim, em que “todos nós, eu, os meus irmãos pequenos e às vezes algum moleque, filho da cozinheira, nos apinhávamos em redor dele, bisbilhotando, discutindo, num espanto ingênuo enquanto a tela se transformava em cores.” (RIBEIRO: 1934: 16), as pinturas chamam atenção para um João Ribeiro que

²⁰ De acordo com Silva, “A frase polígrafo interessado caracteriza de forma sucinta o enfoque que se pretende sobre a atuação de João Ribeiro na vida cultural e política do país. Polígrafo era a condição de João Ribeiro e da maior parte dos intelectuais de sua época porque escrever sobre matérias diversas era parte do esforço coletivo de criar um saber próprio sobre o país.” (SILVA: 2008: 09).

ainda não havia “decolado” como intelectual na sociedade carioca, o que somente ocorreu após as publicações de 1900.

As pinturas de João Ribeiro podem trazer as impressões de um intelectual em formação, experimentando diversas áreas, procurando a tarefa que melhor se encaixasse e se identificasse. Isso porque, mesmo após a conquista da estabilidade financeira com a nomeação para professor no Colégio Pedro II, trabalharia até consolidar seu *status* social, o que se processou com os livros publicados e com a atuação nos jornais cariocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no decorrer do trabalho de pesquisa, o acervo museológico da Casa de Cultura João Ribeiro é composto por objetos diversificados, não se resumindo aos ligados à figura do hemangeado. No entanto, no presente momento, a exposição de longa duração do lugar privilegia os documentos que se relacionam ao patrono, independente de ter sido usado por ele ou não, bastando apenas desde que façam referência à sua vida. O estudo dos seis diplomas, quatro medalhas, cinco quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e do objeto de uso pessoal buscou atender a um recorte pertinente a um trabalho monográfico, além de serem representativos em relação à proposta expositiva.

Todos os objetos estudados encontram-se musealizados na Casa, enunciando mensagens aos visitantes. Com a presente pesquisa, foi possível tratar esses objetos como documentos no sentido museológico, ou seja, enquanto base material e suporte de informação. Ao revisar o saber produzido acerca da figura de João Ribeiro, foi possível promover novas percepções aos documentos, que pode produzir como efeito uma nova dinamização das mensagens enunciadas no lugar.

A sistematização das informações nas Fichas de Processamento Técnico possibilitou uma visão panorâmica dos documentos físicos (matriz das informações), procedimento que pode ser reproduzido à totalidade do acervo museológico da Casa. Portanto, a investigação contribuiu para a efetivação de um dos requisitos da documentação museológica, instrumento indispensável para a organização e salvaguarda do acervo institucional. A seleção da temática ocorreu respeitando as condições de acesso da instituição, ocasionando uma escolha que pode contribuir para a melhoria do tratamento dos documentos, produzindo uma documentação relevante para intervenções futuras.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. O sistema não funcional ou o discurso subjetivo. In: **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**. Volume 1, norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Vol. 9. Portugal: ULHT, 1996.
- CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.
- CADERNOS DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.
- CARVALHO, Maria Sônia Santos. Casa de Cultura João Ribeiro: uma nota explicativa. In: NUNES, Verônica M. Meneses (Org.). **Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro**. São Cristóvão: UFS, 1999.
- CASTRO, Sônia Rabello de. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro. In: **II Congresso Internacional de Museologia, 2012, Maringá- Paraná**. II Congresso Internacional de Museologia. Maringá- Paraná: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2012. V. II. P. 001-0013.
- CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. Memória e Comunicação na Casa de Cultura João Ribeiro. **Revista Museítec**, v. I, p. 6, 2012.
- CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. A Casa de Cultura João Ribeiro como um agente formador de memória. In: **II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq, 2012, Aracaju**. II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq. Aracaju, 2012. V. II.
- CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Os museus e a representação do conhecimento. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)**. Salvador: Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2007.
- CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: **Revista em questão: comunicação e informação**. v. 13, n. 2 (2007).
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: 2001.

COSTA, Marcos de Farias. **Bibliografia crítica sobre João Ribeiro: (1881-1997)**. Alagoas: Marcos F. Costa, 1998.

COSTA, Marcos de Farias. **João Ribeiro bibliografia anotada e comentada**. São Paulo: Paulus Gráfica, 1998.

CRISTÓVÃO, Maria Lúcia Claro. **Descrição Pictórica: a influência da pintura impressionista na literatura francesa do século XIX**. São Paulo, SP, 2009. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Língua e Literatura Francesa). Universidade de São Paulo, USP.

CURY, Marília Xavier. Musealização. In: **Exposição: montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

FERREZ, Helenna Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. In: **IV Fórum de Museus do nordeste**. Recife: 1991.

FONTES, Arivaldo. **Sergipanos no Magistério Carioca**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 32, Aracaju, 1993-1999.

FREITAS, Itamar. **Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: UFS, 2007.

FREITAS, Itamar. Erudição Histórica e Livro Didático de História na Primeira República: as iniciativas de Silvio Romero e João Ribeiro. In: CRUZ, Maria Helena Santana (Org.). **Pluralidade de Saberes e Território de Pesquisa em Educação sob múltiplos olhares dos Sujeitos Investigadores**. São Cristóvão: UFS, 2008, (p.75-81).

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: 1925.

INFONETCULTURA. **Casa da Cultura João Ribeiro é reaberta ao público**. Publicado em 19 de novembro de 2004. Disponível em:
<<http://infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=29348&titulo=cultura>> acesso em 05 de novembro de 2011.

LARA FILHO, Durval de. Museu, objeto e informação. In: **TransInformação**. Campinas, 21(2):163-169, maio/ago., 2009.

LIMA, Justino Alves; CARVALHO, Maria Sônia Santos. Informação pública municipal: um caso de reengenharia. In: **Informação e Informação**. Londrina, v.3, n.1, p.25-32, jan./jun. 1998.

LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Documento e musealização: entretecendo conceitos**. MÍDIAS [online], 1, 2013.

LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno. Apontamentos sobre objetos técnicos como documentos. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)**. João Pessoa: Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2009.

MARQUES, Núbia do Nascimento. **João Ribeiro Sempre**. Aracaju: UFS, 1993.

MENSCH, Peter van. Museologia como o estudo dos objetos de museu. In: **O Objeto de estudo da Museologia. Centro de Ciências Humanas.** Escola de Museologia. Museu Universitário Gama Filho, 1994.

MOUTINHO, Mário Canova. A construção do objecto museológico. In: **Cadernos de Sociomuseologia:** Centro de Estudos de Sociomuseologia, nº 4, ULHT, 1994.

NASCIMENTO, Rosana Andrade do. A Historicidade do Objecto Museológico. In: **Cadernos de SocioMuseologia**, n.º 03, Lisboa, 1994.

NUNES, Verônica M. Meneses. (Org.); NOGUEIRA, Adriana Dantas (Org.). **O despertar do conhecimento na colina azulada:** a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras. 1. d. São Cristóvão/SE: Editora Universitária da UFS, 2007.

NUNES, Verônica M. Meneses; FREITAS, Itamar; CRUZ, Gabriela Z. Queiroz. **Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro.** São Cristóvão: UFS, 1999.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.11 n.2 abr., 2010.

RIBEIRO, Joaquim. **9 mil dias com João Ribeiro.** Rio de Janeiro: Record, 1934.

RIBEIRO, Joaquim. **Rui Barbosa e João Ribeiro.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João. Viva a São João.** In: *História* (São Paulo) v.32, n.1, p. 377-400, jan/jun 2013.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. João Ribeiro e a historiografia no Brasil. In: **Capítulos de história da historiografia sergipana.** São Cristóvão: Editora UFS/ Aracaju: IHGS, 2013.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada em Museus.** São Paulo: Mackenzie, 2000.

SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado:** João Ribeiro e a construção da brasilidade. São Paulo, SP, 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História Social). Universidade de São Paulo, USP.

Documentos consultados

Estatuto do Centro de Cultura João Ribeiro. Decreto nº 2784 de 05 de abril de 1974.

Regimento do Centro de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras/SE, 1988.

Livro de Tombo.

Documentos da exposição

Diploma de membro correspondente da “The Hispanic Society of América”

Diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras

Diploma de sócio da “Academia Scientiarum Olisiponensis”

Diploma de sócio efetivo da “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” (Mar/1911)

Diploma de sócio efetivo da “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” (Maio/1911)

Diploma de sócio efetivo do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”

Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro.

Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro

Medalha de participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro

Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe

Pintura Paisagem II

Pintura Paisagem III

Pintura Recanto da Casa

Relógio ômega

Tela Paisagem I

Tela Perfil de Mulher


APÊNDICE

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.310	2. Imagem:	
3. Nome: Diploma		
4. Título: Diploma da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro		
5. Assunto: Diploma do sócio efetivo	6. Autor: Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro 7. Data/Local: 01 de maio de 1911 / Rio de Janeiro (BRA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Papel impresso e manuscrito		9. Dimensões (Altura x Largura): 53 x 46 cm
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:	<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/>	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Diploma emoldurado em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Na margem superior consta o nome da instituição, data de fundação e endereço. Texto com conteúdo do diploma ao centro. Dados complementares manuscritos. Espaço de assinatura do secretário geral na margem inferior direita em branco.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
18. Data da fotografia: 22/10/2013	19. Responsável: Tayara Celestino	

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14. 398	2. Imagem:	
3. Nome: Diploma		
4. Título: Diploma da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro		
5. Assunto: Diploma do sócio efetivo	6. Autor: Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro 7. Data/Local: 27 de março de 1911 / Rio de Janeiro (BRA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Papel impresso e manuscrito		9. Dimensões (Altura x Largura): 66 x 55 cm
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:	Bom () Regular (x) Ruim ()	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Diploma emoldurado em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Apresenta formato de brasão na cor azul simulando relevo. Na parte interna do brasão consta à margem superior o nome da instituição. Texto com conteúdo do diploma ao centro. Dados complementares manuscritos. Espaços dos integrantes da associação assinados na parte interna e inferior do brasão.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino


SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14. 400	2. Imagem:	
3. Nome: Diploma		
4. Título: Diploma do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro		
5. Assunto: Diploma de sócio efetivo	6. Autor: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	
	7. Data/Local: 11 de maio de 1914 / Rio de Janeiro (BRA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Papel impresso e manuscrito		9. Dimensões (Altura x Largura): 37 x 89 cm
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:	Bom () Regular () Ruim (x)	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Diploma emoldurado em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Apresenta gravuras de duas palmeiras reais em cada uma das margens esquerda e direita, totalizando quatro palmeiras. Na margem superior consta o nome da instituição. Ao centro, texto impresso e manuscrito com conteúdo do diploma. Na margem inferior em primeiro plano, a gravura de uma mulher em posição de escrita, com vegetação diversa ao redor. Ao fundo, gravura representando o relevo natural. Todas as gravuras estão na cor preta e branca. Espaços dos integrantes da associação assinados na parte central e interna do diploma.	
17. Exposições:	Reserva técnica	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO


1. Número: 14.401	2. Imagem:	
3. Nome: Diploma		
4. Título: Diploma da Academia Brasileira de Letras		
5. Assunto: Diploma de membro efetivo	6. Autor: Academia Brasileira de Letras	
	7. Data/Local: 15 de fevereiro de 1918 / Rio de Janeiro (BRA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Papel impresso e manuscrito		9. Dimensões (Altura x Largura): 68 x 75 cm
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:	Bom () Regular (x) Ruim ()	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Diploma emoldurado em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Apresenta gravuras de dois homens gregos em cada uma das margens esquerda e direita. Na margem superior o nome da instituição. Ao centro, texto impresso e manuscrito com conteúdo do diploma. Todas as gravuras estão na cor preta e branca. Espaços dos integrantes da associação assinados na parte central e interna do diploma.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO


1. Número: 14.402	2. Imagem:	
3. Nome: Diploma		
4. Título: Diploma da Academia <i>Scientiarum Olisiponensis</i>		
5. Assunto: Diploma de sócio	6. Autor: Academia <i>Scientiarum Olisiponensis</i>	
	7. Data/Local: 14 de Abril de 1921 / Corvallis (EUA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Papel impresso e manuscrito		9. Dimensões (Altura x Largura): 43 x 56 cm
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de tombo
14. Estado de Conservação:		Bom () Regular (x) Ruim ()
15. Restauração:		
16. Descrição:	Diploma emoldurado em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Apresenta brasão da academia na margem superior. O brasão é em formato circular, cercado por ramos, com um homem ao centro sustentando uma tocha e um escudo em cada uma das mãos. O escudo está posicionado próximo ao chão. Abaixo do brasão consta o nome Academia. Ao centro, texto impresso e manuscrito com conteúdo do diploma. Espaços dos integrantes da academia assinados na margem inferior do diploma.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO


1. Número: 14.403	2. Imagem:	
3. Nome: Diploma		
4. Título: Diploma da <i>The Hispanic Society</i>		
5. Assunto: Diploma de membro correspondente	6. Autor: <i>The Hispanic Society</i>	
7. Data/Local: 30 de Novembro de 1929 / New York (EUA)		
8. Material/Técnica/Suporte: Papel impresso	9. Dimensões (Altura x Largura): 54 x 69 cm	
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo	11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	
12. Aquisição: Doação	13. Documentos Existentes: Livro de tombo	
14. Estado de Conservação:	Bom () Regular () Ruim (x)	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Diploma emoldurado em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Apresenta o nome da sociedade na margem superior. Ao centro, texto impresso com conteúdo do diploma em idioma inglês. Espaços dos integrantes da associação assinados na margem inferior do diploma.	
17. Exposições:	Reserva Técnica	
18. Data da fotografia: 22/10/2013	19. Responsável: Tayara Celestino	

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.


FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.041	2. Imagem:	
3. Nome: Medalha		
4. Título: Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro – (Fonte: etiqueta da exposição)		
5. Assunto: Centenário de João Ribeiro	6. Autor:	
	7. Data/Local: 1960 / Laranjeiras (BRA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Bronze	9. Dimensões (Altura x Largura): 4 cm	
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo	11. Moldura/Base/Estojo: Vitrina de madeira e vidro com base de ferro	
12. Aquisição: Doação	13. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
14. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Medalha de metal, de formato circular, com borda marcada por friso em relevo. Contém inscrições junto às bordas, onde lê-se '1860 Curso João Ribeiro 1960 por Múcio Leão'. Ao centro, em relevo, as duas faces, respectivamente de Múcio Leão e João Ribeiro.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013	19. Responsável: Tayara Celestino	


FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.042	2. Imagem:	
3. Nome: Medalha		
4. Título: Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe – (Fonte: etiqueta da exposição)		
5. Assunto: Centenário de Goethe	6. Autor:	
7. Data/Local: 1932 / Laranjeiras (BRA)		
8. Material/Técnica/Suporte: Prata	9. Dimensões (Altura x Largura): 6 cm	
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo	11. Moldura/Base/Estojo: Vitrina de madeira e vidro com base de ferro	
12. Aquisição: Doação	13. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
14. Estado de Conservação:	Bom (<input checked="" type="checkbox"/>) Regular (<input type="checkbox"/>) Ruim (<input type="checkbox"/>)	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Medalha de metal, de formato circular, com borda marcada por friso em relevo. Contém inscrições junto às bordas, onde lê-se 'Goethe'. Ao centro, em relevo, a face em perfil de Goethe.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2014	19. Responsável: Tayara Celestino	

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.043	2. Imagem:	
3. Nome: Medalha		
4. Título: Medalha de participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro – (Fonte: etiqueta da exposição)		
5. Assunto: Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro	6. Autor:	
7. Data/Local: 1922 / Rio de Janeiro (BRA)		
8. Material/Técnica/Suporte: Bronze	9. Dimensões (Altura x Largura): 6 cm	
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo	11. Moldura/Base/Estojo: Vitrina de madeira e vidro com base de ferro	
12. Aquisição: Doação	13. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
14. Estado de Conservação:	Bom (<input checked="" type="checkbox"/>) Regular (<input type="checkbox"/>) Ruim (<input type="checkbox"/>)	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Medalha de metal, de formato circular, com relevo na margem em traços circulares. Ao centro, em relevo, face em perfil da estátua da Liberdade.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013	19. Responsável: Tayara Celestino	

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO


1. Número: 14.044	2. Imagem:	
3. Nome: Medalha		
4. Título: Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro – (Fonte: etiqueta da exposição)		
5. Assunto: Centenário de João Ribeiro	6. Autor:	
	7. Data/Local: 1960 / Laranjeiras (BRA)	
8. Material/Técnica/Suporte: Bronze		9. Dimensões (Altura x Largura): 3 cm
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Vitrina de madeira e vidro com base de ferro
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:		Bom (<input checked="" type="checkbox"/>) Regular (<input type="checkbox"/>) Ruim (<input type="checkbox"/>)
15. Restauração:		
16. Descrição:	Medalha de metal, de formato circular, sem relevo nas margens. Ao centro, em relevo, face em perfil de João Ribeiro. Em frente a face, lê-se o termo cunhado “João Ribeiro”.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.001	2. Imagem:	
3. Nome: Pintura		
4. Título: Perfil de Mulher – (Fonte: Livro de Tombo)		
5. Assunto: Perfil de uma mulher	6. Autor: João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (João Ribeiro)	
7. Data/Local: [1º quartel do século XX]		
8. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre Tela	9. Dimensões (Altura x Largura): 69 x 61 cm	
10. Procedência: Maria Marta da Silva Fonte: Livro de Tombo	11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato da tela.	
12. Aquisição: Doação	13. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
14. Estado de Conservação:	Bom () Regular (x) Ruim ()	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Pintura emoldurada em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Composição em cores preta, terra, branca e vermelha. Linhas firmes. Em primeiro plano, apresenta o perfil de uma mulher, maquiada nas cores vermelha (boca) e preta (olho), e cabelos com franja encaracolada e rabo de cavalo liso. Utiliza vestimenta superior que permite a exibição dos ombros e da parte superior das costas. Pele com textura branca. Fundo preto.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013	19. Responsável: Tayara Celestino	

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.002	2. Imagem:	
3. Nome: Pintura		
4. Título: Recanto da Casa – (Fonte: Livro de Tombo)		
5. Assunto: Paisagem natural	6. Autor: João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (João Ribeiro)	
	7. Data/Local: [1º quartel do século XX]	
8. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre madeira.		9. Dimensões (Altura x Largura): 36 x 45 cm
10. Procedência: Maria Marta de Silva Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato do quadro.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:		Bom () Regular (x) Ruim ()
15. Restauração:		
16. Descrição:	Pintura emoldurada formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Composição nas cores verde, terra e branca. Linhas retas e sombreadas. Apresenta em primeiro plano, um jardim e, ao fundo, parte de uma casa com janelas em vitrais.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.003	2. Imagem:	
3. Nome: Pintura		
4. Título: Paisagem III – (Fonte: Livro de Tombo)		
5. Assunto: Paisagem Natural	6. Autor: João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (João Ribeiro)	
	7. Data/Local: [1º quartel do século XX]	
8. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre madeira.		9. Dimensões (Altura x Largura): 43 x 53 cm
10. Procedência: Maria Marta de Silva Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato do quadro.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:		Bom () Regular (x) Ruim ()
15. Restauração:		
16. Descrição:		Pintura emoldurada formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Composição nas cores verde, terra, azul, vermelho e branco. Linhas de contorno leve. Apresenta em primeiro plano, uma árvore sem folhas e ao lado um pequeno lago. Ao fundo duas construções, a mais próxima ao lago lembrando uma igreja. Mais ao fundo vegetação em tom verde e o relevo natural. O céu apresenta traços de nuvens brancas.
17. Exposições:		Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO


1. Número: 14.004	2. Imagem:	
3. Nome: Pintura		
4. Título: Paisagem II – (Fonte: etiqueta da exposição)		
5. Assunto: Paisagem Natural	6. Autor: João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (João Ribeiro)	
7. Data/Local: [1º quartel do século XX]		
8. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre madeira		9. Dimensões (Altura x Largura): 38 x 43 cm
10. Procedência: Maria Marta da Silva Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato do quadro.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:	Bom () Regular (x) Ruim ()	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Pintura emoldurada em formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Composição em cores verde, terra e vermelha. Em primeiro plano, apresenta pequenas construções com parede nas cores branca e terra e telhado vermelho. A construção à esquerda em formato de chalé e, à direita, recuada, lembrando uma igreja. Estão envoltas à vegetação esverdeada. À frente, chão de terra e ao fundo relevo natural e céu com traços de nuvens brancas.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.005	2. Imagem:	
3. Nome: Pintura		
4. Título: Paisagem I – (Fonte: etiqueta da exposição)		
5. Assunto: Paisagem Natural	6. Autor: João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (João Ribeiro)	
	7. Data/Local: [1º quartel do século XX]	
8. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre tela.		9. Dimensões (Altura x Largura): 44 x 48 cm
10. Procedência: Maria Marta de Silva Fonte: Livro de Tombo		11. Moldura/Base/Estojo: Moldura em madeira nas cores marrom, branca e dourada no formato do quadro.
12. Aquisição: Doação		13. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Estado de Conservação:		Bom () Regular (x) Ruim ()
15. Restauração:		
16. Descrição:	Pintura emoldurada formato retangular. Moldura externa na cor marrom e interna na cor dourada. Composição das cores verde, terra, azul, vermelho e branca. Linhas de contorno leve. Apresenta em primeiro plano, uma mulher branca de cabelo curto e vestimenta azul alimentando aves, vegetação na porta da casa, telhado vermelho e portas com colorações verdes. Ao fundo, lago azul, relevo natural e céu com traços de nuvens brancas.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

FICHA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

1. Número: 14.042	2. Imagem:	
3. Nome: Relógio		
4. Título: Relógio ômega		
5. Assunto: Objeto pessoal	6. Autor:	
7. Data/Local:		
8. Material/Técnica/Suporte: Ouro	9. Dimensões (Altura x Largura): 5 cm	
10. Procedência: Emma Luiza Ribeiro Accioly Fonte: Livro de Tombo	11. Moldura/Base/Estojo: Vitrina de madeira e vidro com base de ferro	
12. Aquisição: Doação	13. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
14. Estado de Conservação:	Bom (<input checked="" type="checkbox"/>) Regular (<input type="checkbox"/>) Ruim (<input type="checkbox"/>)	
15. Restauração:		
16. Descrição:	Relógio em formato circular, com bordas em metal dourado em relevo com traços circulares. Com ponteiro menor na cor dourada indicando os segundos e sem ponteiros de indicação de horas e minutos. No círculo maior, números arábicos na cor preta de 1 a 12 e em vermelho de 13 a 24. No círculo menor, dezenas as 10 até 60. Ao centro, símbolo e nome "ômega". Com suporte para corrente.	
17. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro	
18. Data da fotografia: 22/10/2013		19. Responsável: Tayara Celestino